



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
FACULDADE DE ARQUIVOLOGIA**

AMANDA MARISSA SOARES DA SILVA

DISCURSO E ARQUIVÍSTICA: uma análise da enunciação do termo pós-custodial no contexto português e brasileiro

Belém
2017

AMANDA MARISSA SOARES DA SILVA

DISCURSO E ARQUIVÍSTICA: uma análise da enunciação do termo pós-custodial no contexto português e brasileiro

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Universidade Federal do Pará, como requisito para a obtenção do grau de Bacharelado em Arquivologia.

Orientador: Prof. Dr. Thiago Henrique Bragato Barros.

Belém
2017

Silva, Amanda Marissa Soares da
Discurso e arquivística: uma análise da enunciação do termo pós-custodial no
contexto Português e Brasileiro / Amanda Marissa Soares da Silva. - Belém, 2017.
58 f.

Orientador: Thiago Henrique Bragato Barros.

TCC (Graduação - Arquivologia) - Universidade Federal do Pará, Faculdade de
Arquivologia, 2017.

1. Discurso. 2. Arquivística. 3. Custodial. 4. Pós-custodial.
I. Barros, Thiago Henrique Bragato. II. Título.

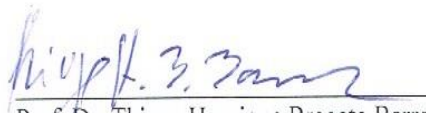
AMANDA MARISSA SOARES DA SILVA

DISCURSO E ARQUIVÍSTICA: uma análise da enunciação do termo pós-custodial no contexto português e brasileiro

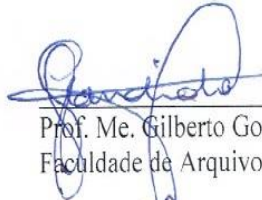
Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Universidade Federal do Pará, como requisito para a obtenção do grau de Bacharelado em Arquivologia.

Aprovada em: 28/03/17.

BANCA EXAMINADORA:



Prof. Dr. Thiago Henrique Bragato Barros (Orientador)
Faculdade de Arquivologia – UFPA



Prof. Me. Gilberto Gomes Cândido
Faculdade de Arquivologia – UFPA



Prof.^a Me. Renata Lira Furtado
Faculdade de Arquivologia – UFPA

*Dedico este trabalho a minha avó (materna)
por todo amor e carinho. E por vivenciar esse
momento ímpar junto a mim. Amo-te.*

Eis o melhor e o pior de mim
O meu termômetro, o meu quilate
Vem, cara, me retrate
Não é impossível
Eu não sou difícil de ler [...]
Só não se perca ao entrar
No meu infinito particular [...]
(Infinito Particular – Marisa Monte)

AGRADECIMENTOS

Belém, 22 de março de 2017.

Flor do meu jardim,

Escrevo essa carta para compartilhar com você esse momento. E dizer que és a minha inspiração. Já que, tanta coisa aconteceu nesses entremeios desse viver.

Minha amada te agradeço pelas inúmeras vezes que me acolheste nos teus braços mesmo de longe. Hoje posso compreender que nada na vida acontece por acaso, pois tudo é um propósito nos olhos de Deus.

Estou escrevendo essa carta para te dizer o quanto és viva no meu coração. E em síntese te contar que estou finalizando a minha graduação. Que a Arquivologia é um presente e através dela conheci pessoas tão especiais e aprendi tanta coisa.

E as pessoas que contribuíram direta e indiretamente com essa jornada, foram definitivamente significativas. Que em especial os meus agradecimentos é para o meu orientador e os demais professores da FAArq-UFPA por todos os seus ensinamentos. A família por todo amor e acolhimento, em especial papai, avó, irmãs (Nathy e May), madrinha e os demais. Ao meu bem por todo amor, paciência e contribuição que se fez tão presente nesse momento. E aos meus amigos, em especial as minhas amigas-irmãs por serem presentes e pelas inúmeras palavras de amor nos momentos bons e ruins, que sabem exatamente o quanto são especiais e amigos da faculdade por todo carinho e atenção.

E como diria o Padre Fábio de Melo “Um gesto bonito é tão essencial quanto uma frase bem escrita”.

Bem minha flor, eu poderia escrever um livro para te contar tanta coisa. Só para que você um dia pudesse lê. Quero te agradecer por tudo, pelo exemplo de mulher. E por mostrar que independente de qualquer coisa devemos sempre ir atrás dos nossos sonhos, e colocar em prática o sentido de um amor verdadeiro.

Agradeço a Deus por tudo.

Minha amada, minha flor, minha historiadora e minha mãe há se eu pudesse te ver novamente...

RESUMO

O termo pós-custodial surge em uma perspectiva da Arquivística contemporânea e configura-se como uma pressuposta mudança de paradigma da arquivística custodial para uma arquivística pós-custodial. Assim, nessa pesquisa por meio do quadro teórico metodológico da Análise do Discurso de matriz francesa que instrumentaliza a análise de textos, estuda-se discursivamente a enunciação e o discurso relacionado ao pós-custodial no contexto Português e Brasileiro. A Arquivística desde seu início, sempre esteve atrelada e sofreu influência de outras disciplinas no interior de suas técnicas e métodos direcionando a mudanças em suas abordagens teóricas. A mudança de objeto do documento de arquivo para o da informação arquivística é uma das enunciações recorrentes no cenário pós-custodial. Desse modo, uso do termo pós-custodial por determinados autores enuncia na Arquivística aparentemente, uma mudança de terreno (teórico/prático). Por meio deste questionamento analisa-se textos de três teóricos importantes na tradição estudada, são eles: Armando Malheiro da Silva (2009; 2015), Fernanda Ribeiro (2005; 2011) e Maria Odila Fonseca (2005). Esta análise visa compreender por meio da análise do discurso como constitui e comporta as enunciações relacionadas ao pós-custodial no interior da produção científica da área e até que ponto tal acepção apresenta-se efetivamente como uma mudança de terreno. Por fim, constrói-se um quadro comparativo entre os autores, seus enunciados e as formações discursivas que se vinculam quando no tratamento do conceito/termo pós-custodial, chegando a um panorama discursivo-conceitual fundamental no atual estágio científico da área.

Palavras-chave: Discurso. Arquivística. Custodial. Pós-custodial.

ABSTRACT

The term post-custodial appears in a contemporary and Archival Science perspective appears as an assumed paradigm shift of archival science custodial to archival science post-custodial. So, in this research through the theoretical framework of methodological Discourse Analysis of french instrumentaliza the array analysis of texts, studied the enunciation and discursively speech related to post-custodial in Portuguese and Brazilian context. Archival Science from your home, always been attached and influenced other disciplines within his directing techniques and methods to changes in their theoretical approaches. The change of the document object to the archival information is one of the recurring enunciations in post-custodial scenario. Thus, use of the term post-custodial by certain authors States in archival science apparently, a change of terrain (theoretical/practical). Through this questioning analyzed three important theoretical texts in the tradition, they are: Armando Malheiro da Silva (2009; 2015), Fernanda Ribeiro (2005; 2011) and Maria Odila Fonseca (2005). This analysis seeks to understand through discourse analysis as is and the enunciations related to post-custodial within the scientific production in the area and to what extent such meaning effectively presented as a change of terrain. Finally, builded a comparison chart between the authors, their statements and discursive formations that link when in the treatment of the concept/term post-custodial, coming to a fundamental conceptual discourse panorama at the current stage of the scientific area.

KEYWORDS: Discourse. Archival Science. Custodial. Post-custodial.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Paradigma Custodial <i>x</i> Paradigma Pós-custodial.....	40
Quadro 2: Características enunciativas do pós-custodial.....	50

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: A reflexão enunciativa do pós-custodial.....	42
Figura 2: Esquematização do método quadripolar e interação dos pólos.....	45
Figura 3: Os enunciados vinculados ao pós-custodial.....	51

LISTA DE ABREVIATURAS

AD – Análise do Discurso

FD – Formação Discursiva

CI – Ciência da Informação

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 ANÁLISE DO DISCURSO: PROCEDIMENTO METODOLÓGICO AO ATO DISCURSIVO DE UM ENUNCIADO	17
2.1 A análise do discurso enquanto metodologia de pesquisa.....	17
2.2. Enunciação e formação discursiva	21
2.3 Gêneros de discurso.....	23
2.4. A questão da autoria na análise do discurso	25
3 OS PARADIGMAS DA ARQUIVÍSTICA MODERNA E PÓS-MODERNA: UMA ANÁLISE HISTORIOGRÁFICA	27
3.1 Moderno e pós-moderno.....	29
3.2 Contexto histórico da arquivística custodial.....	31
3.3 Perspectivas de uma (possível) ruptura de paradigma do custodial para o pós-custodial ..	35
4 A ARQUIVÍSTICA E O TERMO PÓS-CUSTODIAL: A PRODUÇÃO DO SENTIDO ENUNCIATIVO NO BRASIL E PORTUGAL	37
4.1 O termo pós-custodial em Portugal: a análise da discursividade em Armando Malheiro da Silva.....	37
4.2 O termo pós-custodial em Portugal: a análise da discursividade em Fernanda Ribeiro	43
4.3 O termo pós-custodial no Brasil: a análise da discursividade em Maria Odila Fonseca....	46
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	52
REFERÊNCIAS	55

1 INTRODUÇÃO

A Arquivística na sua produção teórica e metodológica contemporânea traz consigo um novo pensamento, uma “nova” abordagem de flexibilidade, o termo pós-custodial no seu interior epistêmico. Desse modo, o que deriva do termo no que se refere a sua formação discursiva na arquivística? Será que este se remete a uma ruptura de paradigma do termo custodial, ou seja, a guarda pela guarda, na qual os arquivos se referenciam como lugar de condicionamento dos documentos.

Doravante, indagar como se deriva a formação discursiva do pós-custodial é, sobretudo, analisar a sua construção e aplicabilidade através dos seus enunciados. Desse modo, partimos para uma contextualização histórica da arquivística e, por conseguinte, chegamos ao **objetivo geral** dessa pesquisa que é: **compreender a formação discursiva e a inserção do termo pós-custodial na arquivística contemporânea**. A partir disso, se definiu os **objetivos específicos**: 1) Analisar o contexto histórico da Arquivologia no que se refere o enunciado do pós-custodial; 2) Apontar a existência (ou não) de novas abordagens no cenário da arquivística contemporânea e 3) Apreender o termo pós-custodial e sua aplicação a partir do discurso dos teóricos Armando Malheiro da Silva (2009; 2015), Fernanda Ribeiro (2005; 2011) e Maria Odila Fonseca (2005).

Nesse sentido, alguns teóricos da arquivística contemporânea aparecem como percussores da discussão como Terry Cook e Hugh Taylor, pois apontam uma nova forma de introduzir e pensar a configuração da arquivística no século XXI. Sendo assim, a análise discursiva do termo será traçada a partir do contexto português com os teóricos Armando Malheiro da Silva (2009; 2015) e Fernanda Ribeiro (2005; 2011) e o no contexto brasileiro com Maria Odila Fonseca (2005).

Para se chegar à escolha da análise dos textos científicos desses autores partiu-se para uma busca na literatura da área de autores que abordam essa temática de uma mudança de paradigma e a seleção dos textos ocorreram de acordo com uma pesquisa de títulos e palavras-chave nos livros e artigos que abordavam o termo pós-custodial.

E assim as análises foram feitas nos artigos: *O paradigma pós-custodial na arquivística* (SOARES, PINTO E SILVA, 2015); *Os arquivos na era pós-custodial: reflexões sobre a mudança que urge operar* (RIBEIRO, 2005); e *A Arquivística como disciplina aplicada no campo da ciência da informação* (RIBEIRO, 2011). E no capítulo dos livros:

Arquivística: teoria e prática de uma ciência da informação, capítulo 3 (SILVA *et al*, 2009) e *Arquivologia e ciência da informação*, capítulo 3 (FONSECA, 2005).

De todo modo, esses contextualizaram a necessidade de formular algo novo, ou seja, uma dinamicidade dos arquivos e arquivistas, diferente daquela do registro do século XIX e XX. Entretanto, estimular o “novo”, isto é, repensar a própria Arquivologia, pois vivemos em uma sociedade dita informacional, que segundo Castells (1999 p. 436) “é a base do surgimento e consolidação de novas formas e processos espaciais [...] que são predominantes na era da informação”. Destarte, essa tecnologia que impulsionaria todas às áreas do conhecimento no contemporâneo com rapidez e praticidade nos registros informacionais.

Então, de onde surge a importância do registro pelo registro? Com a propagação da democracia e a formulações de leis o homem tornou-se imutável através dos seus registros. Logo, com o surgimento da democracia na Grécia Antiga em meados do século V a.C. o homem já se deparava com a necessidade do registro, pois, via a primordialidade de garantir a “imortalidade” do homem e sua história através do registro de suas ações, na qual estas seriam direcionadas as gerações futuras, e assim, tinham-se a importância de registrar.

Já a partir da Revolução Francesa (1789) temos a promulgação dos princípios arquivísticos (BARROS, 2014), a ressalva quanto à custódia dos registros, ou seja, os documentos e a centralização de arquivos. Por conseguinte, a gestão de documentos promulgada pelos americanos já no século XX é uma ação imprescindível para a manutenção das instituições ao longo do tempo.

Por meio disso a informação institucionalizada no documento deve passar por todo processo racional da gestão de documentos, para que não possamos custodiar os documentos desnecessários, isto é, aqueles que não sofreram uma intervenção adequada nas instituições e, por fim, nos arquivos. Diante disso, custodiamos porque sabemos que no futuro os documentos arquivísticos atenderão as demandas da sociedade.

Ora, o documento de arquivo possui um valor informativo, de prova, de cunho sociocultural, dentre outras características. Sabemos, então, que a implantação de um programa de gestão de documental é o meio para se ter acesso aos documentos arquivísticos e isso fica evidente com a pós-custodialidade. Diante desse quadro de uma evolução e formulação histórica a arquivística no século XXI vem com uma nova roupagem.

A construção discursiva do termo pós-custodial surge no final do século XX com a propagação de um novo cenário dinâmico introduzido pela tecnologia. E com a instauração de

um novo pensar sobre as práticas na arquivística contemporânea. Logo, a necessidade de saber qual o objeto de estudo da arquivística, este que saia do custodial (objeto – documento de arquivo) e adentrava no pós-custodial (objeto – informação arquivística). Sendo assim, surgem novos desdobramentos e reflexões no campo científico da arquivística a partir de 1980 (SCHMIDT, 2012).

Assim, se via a necessidade de responder algumas indagações acerca de que maneira o arquivista deveria servir a sociedade diante da discussão do termo pós-custodial. Deste modo, saber a função do arquivista é fundamental nesse “novo” panorama.

Portanto, deparamos com a necessidade de reformular novas teorias e práticas arquivísticas para que esta possa atender as demandas da sociedade, ou seja, dar o acesso à informação de forma dinâmica e eficaz. Com isso, os teóricos do pós-custodial apontam a dinamicidade da informação aos arquivos.

A relevância para este estudo surge do interesse de compreender as discussões da arquivística no contemporâneo. Diante disso, a Arquivologia enquanto campo teórico e metodológico é recente, no entanto, são imprescindíveis as indagações e discussões na sua fronteira, sobretudo sobre uma ótica discursiva. Já a relevância para a sociedade é quando esta trata da informação custodiada nos arquivos. E por fim para a arquivologia é quando aprofundamos nas demandas dos estudos contemporâneos e trazemos novas teorias a serem aplicadas nos arquivos.

Esta pesquisa se desenvolve a partir de uma pesquisa teórica e de tipo bibliográfica, a partir de uma abordagem qualitativa. Segundo Candiotto, Bastos e Candiotto (2011) pesquisa bibliográfica tem por objetivo “instruir o corpus científico, um sistema de ideias; é delimitar o tema e o campo de pesquisa propriamente dito, possibilitando sua integração com as outras formas de conhecimento” (2011, p. 116). Assim, buscamos compreender a produção dos sentidos enunciativos dos teóricos na arquivologia, uma vez que esses sentidos são edificados através de uma materialidade, nesse caso a produção textual. Utilizando a Análise de Discurso (AD), enquanto método para analisar os dados teóricos.

A rigor, a problemática dessa pesquisa surge a partir de uma análise da formação discursiva, principalmente na transição do paradigma custodial para o pós-custodial e o que isso acarreta na simetria do pensamento pós-custodial. Compreendemos dessa forma que a Arquivologia e os arquivos passam por transformações como, por exemplo, a inserção de novas tecnologias e a utilização de novos aparatos arquivísticos. Diante disso, partimos do

seguinte problema: **Como se dá o caráter de aplicação do termo pós-custodial na Arquivística contemporânea através de uma construção discursiva?**

A Arquivologia sempre sofreu influência de varias outras áreas. No entanto, perpassa também no pensamento moderno (efervescência da tecnicidade) para o pós-moderno (rompimento com a objetividade de tecnicidade, dinamicidade das práticas científicas) e os teóricos da arquivística tentam aproximá-la em alguns pontos, o termo pós-custodial não foge disso.

Contudo, este termo é atribuído a essa “nova” arquivística para repensar as práticas teóricas e metodológicas da Arquivologia, sobretudo, pelo seu potencial social do arquivista e dos arquivos. Essa transformação é advinda das metodologias da arquivística enfatizando o custodial para o pós-custodial ao longo da sua trajetória.

Sendo assim, na estruturação deste trabalho apresenta-se no capítulo I - Análise do discurso: procedimento metodológico ao ato discursivo de um enunciado, aspectos gerais das principais características da análise do discurso e suas derivações enquanto uma metodologia de pesquisa aplicada para compreender o discurso do termo pós-custodial.

No capítulo II - Os paradigmas da Arquivística moderna e pós-moderna: uma análise historiográfica, apontam-se aspectos entre moderno e pós-moderno e seu mapeamento histórico, apresenta-se o contexto da formação da arquivística custodial a introdução de seus princípios e manuais pragmáticos que consolidaram o custodial e por fim aborda-se uma (possível) quebra de paradigma e as derivações do surgimento do pós-custodial.

No capítulo III - A Arquivística e o termo pós-custodial: a produção do sentido enunciativo no Brasil e Portugal, têm-se as análises enunciativas dos teóricos, visando compreendê-los. Por fim, conclui-se a pesquisa.

2 ANÁLISE DO DISCURSO: PROCEDIMENTO METODOLÓGICO AO ATO DISCURSIVO DE UM ENUNCIADO

[...] a gente precisa atravessar a interpretação para chegar à compreensão do discurso (ORLANDI, 2012).

O presente capítulo aborda a Análise do Discurso (AD) enquanto metodologia de pesquisa inerente a esse estudo. Dentro dos estudos de metodologia científica temos um vasto teor de teorias que serão aplicadas em seus apropriados métodos de análise, ou seja, métodos para compor como ponto de partida dos estudos aprofundados para encontrar um determinado problema. Com isso, a AD faz-se presente, pois se insere nessa heterogeneidade de teorias e para tanto ela advém do campo da linguística como sendo uma disciplina.

Desse modo, o uso da AD nessa pesquisa é para analisar o discurso do enunciado pós-custodial inserido no campo da arquivística a partir de meados de 1980. Com isso iremos indagar, primeiramente, sobre o discurso do pós-custodial e como deriva a sua formação discursiva e entenderemos o discurso enquanto uma ação que passa a ser interpretável em sua composição, ou seja, compõe relações de significações não somente gramaticais, mas leva a entender a posição do sujeito na relação com outros discursos situados em um determinado tempo e espaço o que designa como interdiscurso (relação entre discursos).

Para tanto, faz-se presente o método investigatório da análise desse discurso e como este é derivado a partir da transição de um paradigma arquivístico como relata alguns autores.

Portanto, neste capítulo a análise do discurso como campo metodológico vem contribuir enquanto método de pesquisa acerca dos procedimentos para apurar o enunciado pós-custodial no campo da arquivística. Busca-se teorizar e demarcar os principais conceitos que levam a aplicação do método para infligir à teoria do discurso.

2.1 A ANÁLISE DO DISCURSO ENQUANTO METODOLOGIA DE PESQUISA

A análise do discurso (AD) nesta pesquisa tem o caráter metodológico que indica as dispersões do enunciado pós-custodial a partir de estudos acerca da literatura arquivística contemporânea. De todo modo, entende-se que a AD é de natureza especulativa e

¹ “[...] que tomar a palavra é um ato social com todas as suas implicações, conflitos, reconhecimentos, relações de poder, constituição de identidade etc.” (ORLANDI, 1998, p.17).

interpretativa sobre aquilo que se quer entender ou desvendar através do discurso interpelado em sua materialidade, ou seja, instituído no texto. Nessa perspectiva pensamos a análise do discurso da seguinte forma:

confronto, entre uma realidade e uma língua, o intrincamento entre um léxico e uma experiência; gostaria de mostrar, por meio de exemplos precisos, que, analisando os próprios discursos, vemos se desfazerem os laços aparentemente tão fortes entre as palavras e as coisas, e destacar-se um conjunto de regras, próprias da prática discursiva. (...) não mais tratar os discursos como conjunto de signos (elementos significantes que remetem a conteúdos ou a representações), mas como práticas que formam sistematicamente os objetos de que falamos. Certamente os discursos são feitos de signos; mas o que fazem é mais que utilizar esses signos para designar coisas. É esse mais que os torna irredutíveis à língua e ao ato da fala. É esse “mais” que é preciso fazer aparecer e que é preciso descrever. (FOUCAULT, 1971, p. 56)

Partindo da pesquisa bibliográfica acerca da literatura arquivística utilizamos o método da análise do discurso para buscar entender a construção do enunciado pós-custodial que segundo Orlandi:

A análise do discurso, sem adjetivos, tem instrumentos teóricos e metodológicos para trabalhar com objetivos de análise, materiais de análise, corpora, textos de qualquer natureza material significativa. Basta refletir sobre a relação entre o dispositivo teórico e o dispositivo analítico da interpretação (ORLANDI, 2012, p. 56).

Desse modo, a análise do discurso é, sobretudo, buscar interpretar o que está para além dos enunciados (as falas), nesse caso específico à produção de sentido enunciativo do pós-custodial. A vertente que nos filiamos da AD foi a francesa em que aborda a análise dos fenômenos extralinguísticos (condição exterior ao sistema da língua, que se faz presente na compreensão enunciativa), uma vez que a partir dos pressupostos da linguagem buscamos entender a discursividade do pós-custodial na Arquivologia.

Segundo a historiografia a AD² surge na França em meados de 1960, na dimensão da linguística moderna, e tem como precursor o filósofo e teórico francês Michel Pêcheux; e se torna como avalanche a ideia de que a linguagem é materializada. Pêcheux promulga que a linguagem não se estabelece, somente, na estrutura ou sistema como havia dito o linguista francês Ferdinand Saussure (fundador da linguística moderna), contudo Pêcheux diz que ela

² “A AD é uma mudança de paradigma, uma ruptura no campo dos estudos linguísticos, relacionando-se com a História e as ciências sociais, visando a estudar a língua em situações de uso, relacionada a discursos científicos e doutrinários e, mais tarde, a discursos cotidianos e publicitários” (BARROS, 2014, p. 46).

não é neutra. O que significa que existe a noção de funcionamento na linguagem. Para ele a língua se compreende dentro de uma condição sócio-histórico e se forma através da ideologia. Então:

Empreender a análise do discurso significa tentar entender e explicar como se constrói o sentido de um texto e como esse texto se articula com a história e a sociedade que o produziu. **O discurso é um objeto, ao mesmo tempo, lingüístico e histórico;** entendê-lo requer a análise desses dois elementos simultaneamente (GREGOLIN, 1995, p.13, grifo nosso).

A AD vem para aplicar a significância interpretativa da linguagem verbal ou não verbal direcionada ao estudo que dá significância ao discurso. Segundo Orlandi a análise do discurso parte para interpretar os entremeios discursivos dentro de um texto e faz desse modo uma distinção entre análise do discurso e do conteúdo:

Ao ter em conta a análise do discurso, esses cientistas não estacionam na análise do conteúdo (o que o texto *quer* dizer) mas no *como* estes textos dizem o que dizem e então eles não vão só interpretar os textos com que trabalham. Uma vez compreendido como estes textos funcionam produzindo sentidos, eles interpretam não os textos, mas os resultados da análise que os leva a essa compreensão [...] (ORLANDI, 2012, p. 23).

Com isso, a AD trabalha com o *sentido*, ou seja, quando se tem um enunciado à noção de sentido requer desvendar a heterogeneidade dentro de um discurso a partir das suas condições de produção, então direcionamos a compreender a parte enunciável que se compõe em uma perspectiva ideológica. Mormente, a AD busca trabalhar com os sentidos produzidos no discurso, então podemos dizer que a análise do discurso e a análise do conteúdo não comungam do mesmo pressuposto.

Segundo os teóricos da AD existe opacidade na linguagem, ou seja, dentro do texto e a análise deste direcionará o leitor para significativas interpretações do discurso. “Nesse processo de interpretação, o analista deve buscar apreender as margens discursivas considerando a opacidade, a não fixidez dos sentidos, as heterogeneidades, as inconsistências e as contradições próprias do discurso” (MARQUES, 2011, p. 63). Com isso, garante ao analista conhecer as margens empregadas nos sentidos existentes no discurso, haja vista que a AD busca trabalhar com a materialidade do discurso, ou seja, compreende o sujeito, a linguagem e o sentido no texto.

A interpretação do texto (unidade de análise) se constitui como sendo a transparência e a possibilidade de compreender diferentes ideias e seu funcionamento no discurso na condição da relação à historicidade condicionada no texto. O analista dessa maneira segundo Orlandi (2015) direciona o texto a um discurso e identifica as suas significações. Diante disso, a interpretação terá em vista um “novo” sentido e significado que até então se encontravam opacos, em que partirá do analista em “compreender como ele produz sentidos” (ORLANDI, 2012, p. 170).

A interpretação é um excelente observatório para se trabalhar a relação historicamente determinada do sujeito com os sentidos, em um processo em que intervém o imaginário e que se desenvolve em determinadas situações sociais. É assim que entendemos a ideologia, nesse percurso que fizemos para entender também o que é interpretação (ORLANDI, 1996, p. 147).

Para tanto, o discurso possui uma ideologia que expressa à relação de poder de uma determinada relação social, pois essas relações se encontram interpeladas na maneira de propagar ideias através das palavras ditas e não ditas. Por oportuno, quando discurso de um sujeito se expõe, este propaga a sua base ideológica de ideias e opiniões que possui e assim compreende-se que as formações ideológicas seguem na constituição de varias formações discursivas interligadas.

Nesse contexto a AD constituirá bases para o analista aplicar procedimentos cabíveis para compreender o discurso³ e, por conseguinte a sua formação discursiva. Então, o que é um discurso?

Os teóricos Orlandi, Pêcheux definem como sendo o efeito de sentidos entre interlocutores, desse modo ele é inerente ao locutor cujo sentido produzido pelo sujeito (interpelado pela ideologia) produz um conjunto de enunciados, então “um discurso é um conjunto de enunciados que tem seus princípios de regularidade em uma mesma formação discursiva” (FOUCAULT, 1971, p. 146). O que se opõe ao significado da língua como sendo um efeito de transmissão de informação. Então, o discurso não é meramente uma transmissão “ou, como define Pêcheux (1969), o discurso não é apenas transmissão de informação, mas efeito de sentidos entre locutores. E a AD é análise desses efeitos de sentido” (ORLANDI, 1986, p. 115).

³“Discursos sempre refletem ideologias, sistemas de valores, crenças e práticas sociais” (HICKS, 1995, p.53).

Diante disso, o método da AD nessa pesquisa é para abranger a circunstância enunciativa deferida do pós-custodial e como é derivável a sua formação, buscaremos entender o enunciado quando este produz sentidos no contexto histórico. Vale ressaltar que a análise aqui não se remete a uma cronologia com datas firmadas e sim entenderemos como o discurso foi constituído ao longo do tempo.

A Análise de Discurso, como seu próprio nome indica, não trata da língua, não trata da gramática, embora todas essas coisas lhe interessem. Ela trata do discurso. E a palavra discurso, etimologicamente, tem em si a ideia de curso, de percurso, de correr por, de movimento. O discurso e assim palavra em movimento, prática de linguagem: com o estudo do discurso observa-se o homem falando (ORLANDI, 2015, p. 13).

Então, a AD nessa pesquisa norteará a constituição de uma análise ao gênero técnico-científico do discurso pós-custodial em que analisará os teóricos da área em suas práticas discursiva da derivação desse enunciado. E entende-se que todo discurso é construído de enunciado, por conseguinte temos a formação discursiva e para compreendê-lo devemos entender o funcionamento do discurso.

2.2. ENUNCIÇÃO E FORMAÇÃO DISCURSIVA

Os estudos da linguagem trazem uma ampla discussão de conceitos e são fundamentais para a compreensão do homem, pois ele transfere informação até que se possa disseminá-la. Então, se faz presente a dicotomia entre língua e fala⁴ no ato enunciativo o que caracteriza a produção do discurso.

Com efeito, a linguagem é modo de produção social que constitui um conjunto de signos e assim faz a relação entre indivíduos socialmente situados. O enunciado é uma característica do próprio discurso o que compõe a emissão de um conjunto de signos.

O enunciado é uma articulação entre indivíduos com isso se estabelece dentro de um contexto significativo e o seu conjunto compõe a formação discursiva, com isso “enunciar é se situar sempre em relação a um já-dito que se constitui no outro discurso” (BRANDÃO,

⁴ Segundo Brandão (2012) define a língua como sendo um sistema abstrato e a fala como um ato linguístico material e concreto. Então, são complementares e assim não excludentes, pois se realizam em uma só atividade da linguagem.

2012, p. 86). O ato de enunciar se configura como uma ação de expor o conjunto de ideias de um sujeito marcadas pela singularidade.

A formação discursiva (FD) do pós-custodial na arquivística contemporânea (BARROS, 2014) se estabelecerá dentro de um contexto histórico-conceitual-social da mudança de paradigma do custodial para o pós-custodial. Sendo assim, a substância da FD não é apenas um sistema de linguagem, mas uma ação social realizada através da enunciação da pós-custodialidade.

Por conseguinte, a formação discursiva constitui a realidade fundamental para compreendermos a produção desse enunciado no cenário brasileiro e português, e a formação discursiva é a junção emanada de enunciados.

Portanto, objeto de estudo (discurso) a partir do texto contextualizado e produzido, forma uma construção discursiva através dos seus enunciados. Os enunciados se compõem dentro de um contexto e se estabelece em uma relação de poder a partir de seus sentidos para com isso “o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de denominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar” (FOUCAULT, 1996, p. 10). Logo, o poder em um discurso manifesta distintas significações de apoderamento do locutor.

O caráter enunciativo (conjunto de signos) da língua (sistema abstrato) é, sobretudo, existente dentro de um contexto sócio-histórico. Segundo as definições advindas da linguística a língua é construída quando o sujeito propaga uma mensagem em um dado contexto, este que se transporta por conotações ideológicas, sendo estas marcadas por estereótipos (ORLANDI, 2015). Então, o enunciado é um conjunto de relações entre elementos variáveis, por exemplo, a funcionalidade dos signos.

A formação discursiva como se estabelece em uma mesma “regra de formação” é compreendida a partir do sentido dado a palavra, pois o discurso surge da relação com outro discurso. O que podemos dizer que o discurso possui uma interrelação com outros e a cada posição de sentido se remete a um significado em um processo sócio-histórico e isso dá subsídios de análise a sua FD. Segundo Orlandi (2015, p. 41) “permite compreender o processo de produção dos sentidos, a sua relação com a ideologia e também dá ao analista a possibilidade de estabelecer regularidades no funcionamento do discurso”.

A FD estabelece o sentido das palavras e assim designa “o que pode e deve ser dito” e então emprega a condição da formação ideológica interligada a FD. “As palavras remetem a

discursos que derivam seus sentidos das formações discursivas, regiões do interdiscurso que, por sua vez, representam no discurso as formações ideológicas” (ORLANDI, 2015, p. 78). Para tanto, o discurso é impregnado por uma ideologia e se realiza nesse efeito de sentidos articulados no meio social.

Toda formação discursiva é relacionada a uma memória discursiva, haja vista que todo discurso se origina de um já-dito o que caracteriza um interdiscurso (relação com outro discurso).

Uma relação que estabelece o posicionamento do enunciado em um contexto histórico contínuo. Destarte, através da memória discursiva se dará origem a outra formação discursiva, portanto “na medida em que retiramos de um discurso fragmentos que inserimos em outro discurso, fazemos com essa transposição mudar suas condições de produção” (BRANDÃO, 2012, p. 96). Para tanto, a transposição desses fragmentos irá se remeter a outros significados.

Algumas condições de discurso expressam um caráter tácito nos seus enunciados, pois a cada palavra compreendida⁵ corresponde a uma significância já dita através de um ato relacional de um signo. Então, quando se compreende um discurso se explica a maneira como o seu sentido foi produzido e assim “é pela referência à formação discursiva que podemos compreender, no funcionamento discursivo, os diferentes sentidos” (ORLANDI, 2015, p. 42).

A direção de interpretar um enunciado é buscar na sua origem, que segundo Orlandi (1980) existe um discurso inteligível e compreensível, e para que o analista consiga compreendê-lo deve-se não só escolher um ou o outro e sim buscar entender o funcionamento interpretativo do discurso, pois um discurso inteligível não significa ser um discurso compreensível.

Por oportuno, a AD esclarece que a relação do texto com o discurso se configura na produção da FD e a partir disso temos o espelho que se constitui na formação ideológica.

2.3 GÊNEROS DE DISCURSO

Como todo enunciado nasce de um contexto histórico e de uma comunicação pré-definida segundo Bakhtin (1997) os gêneros discursivos são os tipos de enunciados e surge da

⁵“Compreender a enunciação de outrem significa orientar-se em relação a ela, encontrar o seu lugar adequado no contexto correspondente. A cada palavra da enunciação que estamos em processo de compreender, fazemos corresponder uma série de palavras nossas, formando uma réplica. Quanto mais numerosas e substanciais forem, mais profunda e real é a nossa compreensão” (BAKHTIN, 2006, p. 135).

interação social do sujeito, ou seja, a língua é compreendida como uma atividade humana e a partir disso surge as diferentes possibilidades de construção de textos e os gêneros textuais possibilitam entender o funcionamento de qualquer tipo de texto.

Diante disso, o discurso se insere no posicionamento de condição social do sujeito e possui formas enunciativas (unidade discursiva) deferida na construção da língua o que caracteriza que “cada esfera de utilização da língua elabora seus *tipos relativamente estáveis* de enunciados, sendo isso que denominamos *gêneros do discurso*” (BAKHTIN, 1997, p. 280, grifo do autor).

Os gêneros são infinitos e estão atreladas as novas esferas de atividade humana como dito anteriormente, diante dessa heterogeneidade (gêneros orais e escritos) Bakhtin (1997) divide os gêneros em primário e secundário. Em síntese, o primário se remete a uma comunicação imediata, a exemplo, temos o diálogo usado no cotidiano. Já o gênero secundário possui uma comunicação mais formal, ou seja, carecem de uma elaboração mais complexa a exemplo temos a palestra em uma universidade.

Bakhtin considera que os gêneros secundários transmutam na sua formação os gêneros primários. Contudo, o que difere os tipos de gêneros é o grau ou nível de natureza da sua elaboração de complexidade.

Existe uma diversidade de gêneros do discurso das mais variadas formas e composições que segundo Bakhtin (1997) comporta novas formas de comunicação e expressão, assim a escolha da estruturação do texto varia de acordo com as diferentes esferas de atividade do homem. Diante disso, pontuaremos o gênero discursivo técnico-científico para entender as ramificações da análise do discurso do pós-custodial.

Os gêneros discursivos se formam a partir da sua perspectiva de produção com isso o enunciado se situa como uma condição social que constitui em atos de interação social, cujo sujeito reflete na materialidade do texto através do discurso (Bakhtin, 1997). Assim, o discurso do técnico-científico possui uma linguagem mais específica (técnica) o que caracteriza em suas especificidades de um “saber” constituído pelo pesquisador através de suas pesquisas.

Contudo, o pesquisador quando cria um texto científico ele utiliza normas pré-estabelecida da linguagem para que o seu leitor compreenda o seu discurso e assim conhecimento adquirido no resultado da sua pesquisa.

Então, a linguagem é significativa e perpassa os trabalhos científicos a sociedade. Destarte todo gênero possui um estilo e apresenta uma condição de exposição de diferentes formas na sua constituição, no entanto quando se forma a sua função daí se distinguirá a escolha do gênero seja ele de divulgação, didático ou de conclusão propagado no texto técnico e na sua textualidade. Com efeito, cria-se um retorno de comunicação entre os pesquisadores e cientistas o que desenvolve uma atividade de conhecimento humano.

2.4. A QUESTÃO DA AUTORIA NA ANÁLISE DO DISCURSO

Para a teoria do discurso, todo indivíduo é interpelado pelo assujeitamento. Assim, para Pêcheux (1997, p. 228) “interpelação do indivíduo em sujeito de seu discurso [...] pela identificação (do sujeito) como formação discursiva que o domina”. O sujeito é então determinado por estruturas psíquicas e ideológicas. Neste sentido a autoria de um texto é condicionada ao campo que se inscreve. “A representação de unidade delimita-se na prática social como uma função específica do sujeito” (ORLANDI, 2015, p. 73). Há, na base de todo discurso, um projeto totalizante, institucionalizado e convincente que o converte o sujeito em autor.

Existindo nas produções textuais uma noção de completude. Essas instâncias são ainda mais evidentes nos textos do gênero científico, por que existe a naturalização do sujeito e a neutralidade do autor. Assim, analisar o discurso de texto desta natureza é buscar evidenciar esse fato.

“Desnudar” o sujeito do discurso é analisar o discurso em si. É importante considerar que o sujeito do discurso é um composto de várias denominações. Trata-se de diverso no sentido de que ele é polifônico e condicionado ao discurso que se inscreve.

Orlandi (2015, p. 43) esclarece o funcionamento, vinculado o sujeito a formação discursiva:

O discurso se constitui em seus sentidos porque aquilo que o sujeito diz se inscreve em uma formação discursiva e não outra para um sentido e não outro. Por aí podemos perceber que as palavras não têm um sentido nelas mesmas, elas derivam seus sentidos das formações discursivas em que se inscrevem. (...) Deste modo, os sentidos sempre são determinados ideologicamente. Não há sentido que não o seja. Tudo que dizemos tem, pois, um traço ideológico em relação a outros traços ideológicos. E isto não está na essência das palavras, mas na discursividade, isto é, na maneira como, no discurso, a ideologia produz seus efeitos, materializando-se nele.

O aparecimento da noção de sujeito vinculado ao de autoria é o que irá possibilitar a análise das formações discursivas.

Busca-se aqui analisar de forma panorâmica o discurso de três autores no contexto da aceção do pós-custodial, encarar essas produções textuais como discursos significa então buscar os caminhos da naturalização e da completude que apresentam interpeladas por sujeitos históricos, institucionalizados que tomam *posições* em relação a determinadas formações discursivas. Dito deste modo, significa dizer por fim, que a autoria para a análise do discurso é um ponto de convergência do discurso que evidencia a ação da ideologia e de sua institucionalidade.

3 OS PARADIGMAS DA ARQUIVÍSTICA MODERNA E PÓS-MODERNA: UMA ANÁLISE HISTORIOGRÁFICA

A Arquivologia na contemporaneidade abre discussões para uma transição de paradigma⁶ do custodial para o pós-custodial, pois essa se insere nos impactos causados pelo avanço das tecnologias e observa desse modo, um viés para o seu objeto de investigação arquivística o que deixa de ser somente a guarda passiva dos documentos para trabalhar agora com a informação arquivística em qualquer tipo de suporte (papel, digital, microformas, fotografias etc.).

O documento arquivístico diante desses impactos causados pela era da informação traz consigo uma nova realidade de dinamicidade implementada aos arquivos. O que incrementa na discussão de novos olhares aos trabalhos práticos e teóricos dados a esses novos suportes. Contudo, os princípios arquivísticos são os mesmos, pois são à base do tratamento e a fundamentação teórica da arquivística.

A essa mudança de paradigma é evidenciado a maneira pela qual os arquivos deixam de ser meros guardiões de documentos para enfatizar a valoração da informação arquivística atribuída a uma perspectiva da pós-modernidade.

Desse modo, partimos para entender nesse capítulo a historiografia da formação arquivística e a suas novas dimensões nesse novo contexto “a passagem da passividade dos arquivos” quando esses se tornam dinâmicos com o incremento das tecnologias de informação. Que segundo uma perspectiva teórica:

[...] “Novo Paradigma” da Arquivologia é mais do que o resultado da revolução digital e está além da mudança do documento em papel para o eletrônico, é uma mudança a partir do “Clássico” ou “Moderno” para o “Pós-custodial”, ou como Terry Cook sugere, o paradigma Pós-Moderno da Arquivologia (SCHMIDT, 2013, p. 12).

⁶ Paradigma entende-se como conceitos doutrinários que seguem ideias de uma condição social. Que segundo a definição de Kuhn “um paradigma é aquilo que os membros de uma comunidade partilham e, inversamente, uma comunidade científica consiste em homens que partilham um paradigma” (KUNH, 1998, p. 219). Desse modo, um paradigma serve de modelo ou padronização para uma determinada função ou aplicação como, por exemplo, temos os manuais arquivísticos que seguem de modelo para a organização de documentos de arquivo.

Schmidt (2012) atribui em seus estudos que essa passagem paradigmática é decorrente das novas reflexões que a disciplina arquivística vem evidenciando com a introdução da tecnologia na rotina da produção dos documentos.

No panorama de um paradigma custodial (SILVA e SILVA, 2016) o arquivista trabalha na aplicabilidade de normas e manuais arquivísticos quando os documentos são direcionados aos arquivos, sendo assim o profissional torna-se um técnico por não possui uma autonomia própria na relevância da participação da produção dos documentos no interior da instituição. Desse modo, não é artífice no processo de gestão de documentos. Então, essa pragmática é atribuída em um fazer técnico e patrimonialista ao custodiar os documentos.

Segundo Silva *et al* (2006) o processo informacional relativo aos arquivos é dividido em: fase sincrética/custodial, fase técnica/custodial e fase científica/pós-custodial que a partir disso surgem dois paradigmas marcados no campo científico e informacional sendo este o custodial e o pós-custodial. Destarte, um paradigma se configura como um modelo a ser seguido no interior das disciplinas científicas.

A mudança de paradigma do custodial para o pós-custodial vem para evidenciar o acesso à informação, e agregar ao arquivista a função não somente de gestor de documentos, mas também de gestor da informação, isto é, esse agora está inserido desde a produção ao processo de racionalização da gestão de documentos. Sendo, esse um membro que sai dos aparatos de custódias e dos pressupostos ao utilizar somente os atos normativos (técnicas). Com isso a:

[...] “ameaça” tecnológica aos tradicionais documentos em suportes estáticos e a emergência da Sociedade da Informação começaram a colocar novos desafios. Num contexto informacional e tecnológico o paradigma tradicional entrou em crise, mas também despoletou, no seu próprio seio, os factores de mudanças necessários à superação da própria crise (RIBEIRO, 2005, p. 06).

Nesse sentido, com o incremento do avanço tecnológico o documento arquivístico se depara com o uso das novas tecnologias e abre a discussão para os novos fluxos de informação, portanto, debates sobre preservação digital, diplomática e descrição arquivística são problematizados nesta era denominada de “sociedade da informação”. Sendo assim, abre um novo leque de aplicação prática e teórica.

A seguir apresentamos as dimensões da modernidade e pós-modernidade quando elas influenciam nessa nova perspectiva de mudança de paradigma na arquivística.

3.1 MODERNO E PÓS-MODERNO

A filosofia de Lyotard e Nietzsche (1986) relaciona o que é modernidade (ciências que criavam as verdades e as leis) e pós-modernidade (o saber marcado pelas dúvidas). Terry Cook (2012) diz que essas verdades universais no século XXI são vistas agora como quimeras, ou seja, relacionando essas quimeras ao custodial.

A Arquivologia sofre a influência desse contexto de pós-modernidade, pois vem para reformular e sair de padrões estabelecidos no passado com a Arquivologia clássica, contudo é necessário readequar os novos conceitos para a Arquivística. Por conseguinte, a ciência não possui conceitos fechados acerca de qualquer assunto, pois os conceitos são imutáveis.

O termo modernidade surge em 1863 com o francês Charles Baudelaire, quando ele publica em uma de suas famosas análises de um texto crítico das obras de um pintor do século XIX, chamado Constantin Guys. O texto titulava “O pintor da vida moderna” e trazia à tona os primeiros indícios de transformação da sociedade empregados na sociedade daquela época e assim se observa novas óticas sobre o cotidiano apontado nos quadros (MIRANDA, 2011).

A percepção de modernidade evidencia o contemporâneo e atinge diferentes direções na esfera da vida social tanto nas intuições sociais como na própria vida do homem nas suas expressões de sentimentos, costumes e, por conseguinte na sua identidade cultural.

A modernidade⁷ vem de *modernus*, no sentido etimológico da palavra se deriva do (modus + hodiernus). A modernidade (KUMAR, 2006) possui significações que remetem a alguns aspectos: do campo estético ao movimento das artes com o culto ao novo, do campo socioeconômico com as dimensões do avanço técnico-industrial e sob a influência do iluminismo (ideia de razão) no campo cultural. Essas características influenciam diretamente a sua definição.

A modernidade como sendo demarcada ao conhecimento científico prega conceitos homogêneos na sua sedimentação com ideias universais de verdades ditas o que a torna um imperativo na sua conduta.

O que se caracteriza modernidade (KUMAR, 2006) é uma transição com as práticas feudais na idade medieval, no moderno as relações sociais e políticas têm outras

⁷ Vale ressaltar que existem diferenças quanto ao significado dos termos: modernidade e modernismos. Segundo Kumar (2006, p. 106) “entendo por “modernidade” uma designação abrangente de todas as mudanças intelectuais, sociais e políticas que criaram o mundo moderno. “Modernismo” é um movimento cultural que surgiu no ocidente em fins do século XIX e, para complicar ainda mais a questão, constituiu, em alguns aspectos, uma relação crítica à modernidade”.

características, nas quais pairava sobre a conduta do homem como um ser que seguia os dogmas da igreja e respeitavam o seu monopólio e assim se fechavam nas suas ideias racionais.

Caracteriza-se a uma reação contrária as ideias do tradicionalismo perpetuado nas épocas medievais. Contudo, com as transformações advindas de um novo sistema que se remete ao capital com o surgimento das fábricas se inicia a era moderna (KUMAR, 2006). Então, a modernidade traz o progresso sobre a ideia de razão, liberdade e questionamentos universais e essa mudança põe-se em princípio o modo das organizações sociais e a conduta do homem na era das luzes.

A modernidade se caracteriza pelo incremento da revolução industrial, com a larga escala de produção e possui a característica com a essência de um status regulador da vida social, a luta de classes e a noção de avanço de transporte (surge o automóvel, navio a vapor) e assim se relaciona com o encurtamento do tempo-espaço nas relações sociais. Esses efeitos da modernidade eram vistos como duradores, o que propagava a significativa participação do uso tecnológico com o incremento das máquinas nas indústrias. Diante disso, Shinn (2008) complementa que:

[...] a tecnologia significa arregimentação numa escala jamais vista, o que contrasta totalmente com a maioria dos ofícios pré-modernos ou mesmo com as antigas atividades manufatureiras. O trabalho e os trabalhadores devem ser arregimentados, disciplinados e as tarefas transformadas em funções e integradas. A máquina tornou-se a palavra-chave para a tecnologia moderna. A configuração das fronteiras foi aqui central, estendendo-se à ciência, às disciplinas científicas e à comunicação entre elas, na mesma medida que à produção tecnológica (SHINN, 2008, p. 47).

Alguns teóricos, segundo Kumar (2006) como Lyotard e Nietzsche em seu olhar diante das transformações sociais apontam mudanças no mundo, trazem o termo modernidade até meados da metade do século XX para enfatizar tudo aquilo que se relaciona ao avanço industrial, movimento das artes, antropologia e etc. com isso esses aspectos são transitoriamente transparentes nos acontecimentos do dia a dia na cultura capitalista.

Para esses teóricos existem incertezas intelectuais em que o homem busca e as suas respostas serão vistas nas suas pesquisas, o que se torna compreensível perceber que o que questionamos hoje já não é mais o propósito a ser investigado amanhã. E isso se deriva ao aumento de novas investigações ao conhecimento humano.

Já a pós-modernidade se relaciona diretamente com os avanços tecnológicos em meados de 1950, com o surgimento da informática, cibernética, biotecnologia e dentre outras. A sociedade se depara com a necessidade de novas discussões, pois se incrementa novas abordagens sociais o que reflete diretamente no cotidiano do indivíduo (LYOTARD, 1998).

A partir dessas implicações (KUMAR, 2006) surgem novas concepções de relação entre tempo-espaço (ideia de que o mundo está conectado e assim desmembra as fronteiras entre espaços) e relações sociais, então o tempo passa a ser comprimido e as relações sociais passam a ser vistas como efêmeras, voláteis, ou seja, fluidas e passageiras direcionadas momentaneamente ao contato do homem com a sociedade.

A pós-modernidade (KUMAR, 2006) aproxima as pessoas e assim distancia as suas fronteiras o que quer dizer que o homem hoje já não é mais preso aos costumes da sua terra e o que não se deixa de negar a sua origem, no entanto somos culturalmente transbordados e isso legitima os seus costumes e pensamentos.

3.2 CONTEXTO HISTÓRICO DA ARQUIVÍSTICA CUSTODIAL

As bases para a consolidação da arquivística custodial compreende-se a partir do advento dos (SILVA *et al*, 2009) princípios arquivísticos em meados do século XIX, em que sofrem a influência da Revolução Francesa (1789) e a criação do Arquivo Nacional da França, na qual detinha o objetivo de centralizar os arquivos.

Assim surge o princípio da proveniência/procedência e de ordem e respeito aos fundos, promulgada com o historiador francês Natalis de Wailly em 1841. Contudo, nessa época os arquivos eram vistos como meros depósitos de documentos. Então, o princípio da proveniência:

Consiste em deixar agrupados, sem misturar com outros, os arquivos, provenientes de uma administração, de um estabelecimento ou de uma pessoa física ou moral. O conteúdo de uma circular que promulga que daí em diante os documentos que provenham de um corpo, de um estabelecimento, de uma família ou de um indivíduo deverão ser agrupados e não misturados com aqueles que apenas dizem respeito a um corpo de ou uma família (ROUSSEAU; COUTURE, 1998, p. 52).

Esse princípio rege a consolidação da teoria e prática aplicada na ordenação até o arquivamento dos documentos arquivísticos, o princípio da proveniência é para estruturar e organizar os documentos de teor orgânico e respeitar o fundo de cada organismo.

Aponta a ideia de conjunto de documentos reunidos por uma mesma proveniência, que possui a atividade e a função de quem o gerou, “essas sistematizações da proveniência e de seus fundos foram sendo apontadas como pilares epistemológicos no cotidiano das práticas arquivísticas” (SILVA, 2013, p. 41).

Para tanto, a organicidade dentro dos fundos se constitui na unicidade e naturalidade que cada documento possui, ou seja, um fundo é o órgão, entidade ou pessoa física que produz o documento.

Posterior ao princípio da proveniência temos (SILVA, 2013, p. 46) o princípio da ordem interna ou original (1898) consiste em deixar mantida a ordem original dos documentos dentro do fundo de acordo com a entidade produtora.

Após a Revolução Francesa em meados do final do século XIX os fundamentos e modelos técnicos da disciplina são criados. Os aspectos fundamentais dos arquivos eram regidos a um modelo historicista. E assim:

O século XIX caracterizou-se pela ocorrência de novas deturpações sobre a função dos arquivos e seus princípios de organização. Por influência conjugada das correntes positivista e historicista, os arquivos são relegados para uma posição instrumental relativamente à Paleografia e à Diplomática, transformando-se a Arquivística também numa disciplina auxiliar da História (SILVA *et al.*, 2009, p. 206).

O enriquecimento da literatura arquivística custodial foram as obras dos manuais arquivísticos publicados a partir do século XIX e esses se difundem em uma nova era para o firmamento da disciplina Arquivística. Em seguida iremos apontar alguns tais como:

*Manual de arranjo e descrição de arquivos*⁸ dos arquivistas holandeses S. Muller, J.A Feith e R. Fruin em 1898, esse manual foi a referencia de uma disciplina arquivística que deu origem a organização dos arquivos por um arranjo sistemático. Então, o “Manual dos Holandeses, como marco referencial que situa o surgimento institucional da Arquivologia

⁸“Esse Manual pode ser considerado não só um marco para a disciplina, em sentido estrito, mas como o engenho de uma nova formação discursiva, no sentido instaurar premissas básicas para a classificação/arranjo e a descrição em arquivos, reunindo em sua discussão boa parte dos enunciados promulgados na área até então” (BARROS, 2010, p. 22).

enquanto área de *Saber* é compartilhada por grande parte de sua comunidade científica” (SCHMIDT, 2012, p. 12).

Assim, evidencia o conjunto de documentos na constituição de um caráter orgânico⁹, trás um método de classificação aos acervos, mostra a natureza dos arquivos (como se formam e se originam) e a anexação de documentos aos que não sejam arquivísticos ao documento principal como, por exemplo, os livros.

Um manual de administração de arquivos do arquivista inglês Hilary Jenkinson em 1922, esse manual designa uma função administrativa que os arquivistas deveriam dá aos arquivos. Jenkinson diz que quando os arquivos se formam estes possuem duas qualidades a imparcialidade e a autenticidade. E assim os arquivos se compõem com “[...] valor de prova do documento de arquivo, da imparcialidade em sua criação e a ideia da *Custódia Oficial e Contínua* para garantir autenticidade ao documento de arquivo” (SCHMIDT, 2012, p. 122).

Para Jenkinson a seleção documental e a sua avaliação por uma posterior eliminação dos documentos era de responsabilidade da administração, ou seja, da instituição o que não dava uma autonomia própria à arquivística.

Com efeito, Jenkinson diz que os arquivos são constituídos de testemunhos de verdades e assim “para aquele, os arquivos são, antes de tudo, a santidade da prova, que, para ele, está relacionada com a verdade, embutida ao registro endossado pela instituição produtora do documento” (BARROS, 2010, p. 28).

Em um mundo entre guerras no início do século XX houve um aumento incessante da acumulação de massa documental, na qual necessitava da urgência na racionalização e avaliação de documentos para fins de guarda permanente ou eliminação. Nessa época aparecem problemas acentuados as práticas arquivística e suas teorias e demandaram a aumentar:

[...] as necessidades materiais (em pessoal, equipamentos, edifícios); por outro, torna-se urgente tomar medidas de caráter pragmático, pois as incorporações nos arquivos históricos não estão a ser já possíveis, devido à saturação dos depósitos; por ultimo, e em consequência da conjuntura descrita, o problema da avaliação e da eliminação ganha particular acuidade (SILVA *et al*, 2009, p. 132).

⁹ “O arquivo é um todo orgânico, que se veio criando durante certo período de tempo e não algo feito mais tarde, em determinada data fixa” (ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS HOLANDESES, 1975, p. 117).

Diante da “explosão documental” nos arquivos, os americanos em 1941, no National Archives de Washigton, criam o conceito de *record group* (uma versão adaptada do princípio da proveniência) a partir disso criam o *records management* (gestão de documentos), na qual marca a funcionalidade do trabalho arquivístico e amplia as habilidades da administração da produção do documento (primeira idade).

A gestão documental afirma-se como uma nova área com estreito vínculo à administração e distinta da Arquivística (considerada esta como respeitante apenas à documentação de interesse histórico) passando a referir-se não só à produção e uso, mas também à avaliação e seleção dos documentos (SILVA *et al.*, 2009, p. 134).

Sob uma perspectiva moderna no período pós-guerra temos o manual do teórico e arquivista norte-americano Theodore R. Schellenberg com a sua obra *Arquivos Modernos*, em 1956, evidência sanar alguns problemas e procede a novas teorias no custodial.

Schellenberg sistematiza o “como fazer” nos arquivos e universaliza essa pragmática no *records management*. Ele edifica as praticas de arquivamento na constituição da teoria das três idades ou ciclo vital dos documentos (teoria que distingue e separa os arquivos em corrente, intermediário e permanente) e a uma distinção atribuída aos documentos com o valor primário (entidade produtora) e secundário (prova e informativo) o que subsidio na avaliação dos documentos.

Por sua vez os teóricos da arquivística custodial conceituavam o arquivo como um mero *produto* das atividades funcionais e que caberia aos profissionais de arquivo somente a função de custodiar a documentação inerente a estes.

Como visto anteriormente, o manual dos holandeses marca um novo período de uma fase técnica e custodial da arquivística e assim emprega as suas bases. À vista disso:

O manual holandês inaugurou o pensamento arquivístico tradicional por suas regras e seus métodos de tratamento dos arquivos definitivos, tomando por base os postulados do positivismo clássico. Hillary Jenkinson seguiu os passos dos holandeses, todavia com um pouco de raciocínio pragmático. Schellenberg permaneceu no interior das fronteiras da arquivística tradicional [...]. Seu principal mérito consistiu na proposição pragmática de uma arquivística universal [...] (LOPES, 1998, p. 66).

Por seu turno, esses manuais e dentre outros possuem a relevância para a consolidação do fazer-arquivístico nos arquivos e se caracterizam pela sua prática na instituição de atos

normativos por padronizar os procedimentos de técnicas ao arquivamento. Essa pragmática é atribuída ao positivismo sob um caráter funcionalista e tecnicista. Com base nesses manuais a arquivística trabalhava para servir o Estado e assim tomavam as proporções conceituais da História e a Administração.

Vale ressaltar, que o modelo funcionalista marca a arquivística para a consolidação do seu corpus teórico e para o firmamento da sua disciplina científica. Nessas circunstâncias funcionalista, Araújo abre um leque que a “ampliação do escopo de pesquisa para além do trinômio documento-instituição-tratamento” e dessa forma “a perspectiva funcionalista alterou substancialmente a produção de conhecimentos” (2014, p. 20-21).

A função primordial dos arquivos é a sua característica quanto à função e atividade estabelecida nos documentos seja ele de qualquer formato e suporte. O progresso científico desencadeou diversas perspectivas na arquivística em que se depara com novas discussões em tono da sua teoria e prática quanto ao gerenciamento dos arquivos e da informação que este custodia.

Diante disso, a reflexão na arquivística coloca em questão a informação arquivística, deixando de agregar somente as discussões relacionadas ao arquivo como um lugar estático.

3.3 PERSPECTIVAS DE UMA (POSSÍVEL) RUPTURA DE PARADIGMA DO CUSTODIAL PARA O PÓS-CUSTODIAL

As discussões que torna um eminente indício de uma ruptura de paradigma do custodial para o pós-custodial na arquivística contemporânea surge a partir de 1980 (SCHMIDT, 2012) e vem para evidenciar os novos fluxos de informacionais, acesso à informação, dinamicidade dentro dos arquivos, transparência pública e coletiva, arquivo como sendo atribuído o seu valor de informação primária e socialização dos arquivos.

Segundo Schmidt (2012, p. 28) “existe na literatura uma tendência em polarizar o objeto entre o *passado e superado documento de arquivo* e a *informação arquivística e orgânica*” isso mostra que a literatura contemporânea apresenta uma espécie de “superação” no interior epistêmico da arquivística com a mudança do seu objeto de investigação.

Então, a mudança da investigação arquivística que deixa de ser uma visão voltada aos arquivos como um “lugar” que só custodia os documentos e usa os seus aparatos normativos

para agora ser o seu objeto de investigação a informação arquivística, tornando-se o arquivista o gestor da informação e de documentos, deixando de ser um mero guardião de papéis.

Diante do exposto, Silva considera que “a Arquivística pode e deve ser uma ciência para além do meramente instrumental ou técnico, o que, desde logo, obriga a substituir o primado do fazer pelo do conhecer” (SILVA *et al*, 2009, p. 213).

No entanto, o pós-custodial não nega os princípios arquivísticos e nem tenta reformulá-los. O que se torna um paradoxo quando os teóricos propagam uma mudança de paradigma, pois um paradigma é um modelo doutrinário. Contudo, o objetivo deste trabalho não é discutir se existe ou não essa mudança, mas é compreender como o *acontecimento* do pós-custodial ocorre na teoria arquivística estudada.

O enunciado do pós-custodial demonstra a uma nova perspectiva acarretada de mudanças de pensamentos da arquivística que segundo Terry Cook (tradução):

o discurso teórico arquivístico está mudando de produto para processo, de estrutura para função, de arquivos para arquivamento, de registro para contexto de registro, de resíduo “natural” ou subproduto passivo da atividade administrativa para memória social construída conscientemente e mediada ativamente “*archivalisation*” (COOK, 2012, p. 05).

E assim entende-se que o pós-custodial vem para mostrar os entremeios da arquivística contemporânea. Portanto, Cook complementa que “os arquivistas têm que ser capazes de pesquisar, reconhecer e articular todas essas mudanças radicais na sociedade e, então, lidar conceitualmente com o seu impacto sobre a teoria, metodologia e prática arquivísticas” (COOK, 2012, p. 05).

O paradigma do pós-custodial surge quando os teóricos evidenciam as novas demandas tecnológicas que inferem na rotina dos documentos arquivísticos e assim propõe novas discussões em torno dos impactos que afetam a arquivística com a pós-modernidade.

Por fim, temos novas discussões diante da diplomática do documento arquivístico, autenticidade em meio eletrônico, valor dos documentos, preservação e dentre outras características. Essas reflexões são propagadas no contexto da pós-modernidade e assim temos as características de uma mudança (possível) de paradigma nomeada de pós-custodial.

4 A ARQUIVÍSTICA E O TERMO PÓS-CUSTODIAL: A PRODUÇÃO DO SENTIDO ENUNCIATIVO NO BRASIL E PORTUGAL

O capítulo anterior, apresentou uma contextualização histórica da arquivística e diante disso entendemos as bases teóricas da Arquivologia e a origem dos seus princípios. Logo, o paradigma custodial se constitui e estabelece os princípios teórico-metodológicos da arquivística. Demonstrou-se também aspectos de uma aproximação com a pós-modernidade e de que esta infere nas discussões da arquivística a uma mudança (possível) de paradigma.

Neste capítulo, faremos a análise do discurso do termo pós-custodial e a partir disso compreenderemos a discursividade enquanto uma ação interpretável que abarca na literatura contemporânea. Segundo Barros “o discurso constrói-se em seus sentidos, porque tudo está inscrito em uma formação discursiva, ou seja, o sentido é dado pela condição de existência” (2014, p. 172).

Então, verifica-se os sentidos dados a partir da análise dos discursos dos teóricos Armando Malheiro da Silva e Fernanda Ribeiro no contexto português e no contexto brasileiro temos o discurso de Maria Odila Fonseca e assim compreende-se os conceitos enunciativos de uma nova abordagem pragmática empregada ao termo pós-custodial.

Para contextualizar tal período (a partir de 1980) as perspectivas que influenciaram na criação a esse discurso do pós-custodial foi à transição da chamada sociedade pós-industrial à sociedade pós-moderna como visto anteriormente.

4.1 O TERMO PÓS-CUSTODIAL EM PORTUGAL: A ANÁLISE DA DISCURSIVIDADE EM ARMANDO MALHEIRO DA SILVA

O teórico Armando Manuel Barreiros Malheiro da Silva é natural de Portugal. Possui graduação em Filosofia, História e pós-graduação em Biblioteconomia e Arquivologia. É Doutor em História Contemporânea de Portugal pela Universidade do Minho. É professor do Departamento de Ciências da Comunicação e da Informação da Universidade do Porto, Portugal. E possui contribuições significativas em estudos sobre a Arquivologia, Ciência da Informação (CI) e Documentação, Museologia, Comunicação, Literacia da Informação e Plataformas Digitais¹⁰.

¹⁰ Informações tiradas da Plataforma Lattes-CNPq.

Armando Malheiro faz estudos em torno da CI e propaga discussões sobre a informação. Já na Arquivologia busca interesse sobre as questões epistemológicas da área.

Iremos analisar o discurso que se fundamenta quanto ao termo pós-custodial no artigo: *O paradigma pós-custodial na arquivística*, 2015 com os autores: Ana Paula Alves Soares, Adilson Luiz Pinto e Armando Malheiro da Silva.

E no livro: *Arquivística: teoria e prática de uma ciência da informação*, edição 2009. A análise será feita no capítulo 3: *Uma ciência da informação* nas páginas 205 a 216. Esse livro foi produzido pelos autores Armando Malheiro, Fernanda Ribeiro, Júlio Ramos e Manuel Luís Real a sua primeira edição foi publicada em 1999.

Malheiro da Silva *et al* (2009) aponta aspectos que na literatura arquivística no passado faziam consideração sob uma perspectiva de natureza pragmática. Assim, apresenta que os arquivos nascem no campo prático como estruturados em “sistemas de informação (semi-)fechados (orgânicos-funcionais)” (SILVA *et al*, 2009, p. 204). Então, se enuncia sobre uma condição de estrutura sistêmica que os arquivos possuem o que deixa de lado a condição da informação registrada e orgânica.

Para tanto, com os impactos das novas demandas sociais os arquivos hoje se deparam com a “sociedade global da informação” e argumenta na necessidade de reformulações metodológicas na aplicabilidade no seu campo empírico a partir das revisões de conceitos teóricos da área.

Segundo os autores do livro *Arquivística* (2009) temos os arquivos como uma unidade integral e aberta que fazem relações à contextualização, o que resulta na noção de sistema de arquivos agregado ao fenômeno da informação social. Complementando a formação discursiva de que a Arquivística possui relação direta com a CI e conceitua que:

A Arquivística é uma ciência da informação social, que estuda os arquivos (sistemas de informação (semi-)fechados), quer na sua estrutura interna e na sua dinâmica própria, quer na interação com os outros sistemas correlativos que coexistem no contexto envolvente (SILVA *et al*, 2009, p. 204).

Dessa forma, Silva (2009) deixa explícito que seu discurso se inscreve a formação discursiva do pós-custodial quanto à devida aproximação que se faz da arquivística com o campo da ciência da informação definindo em uma relação interdisciplinar. E considera que essa aproximação resultaria em resolver problemas informacionais.

Por isso se depara com relações que emergem no paradigma pós-custodial assim:

[...] possui uma perspectiva que coloca a Arquivística no campo da Ciência da Informação, pois entende que o objeto científico da mesma não pode mais ser o documento de arquivo, mas sim a informação. Por esse motivo, esse paradigma contrapõe-se ao paradigma custodial voltado para valorização do documento de arquivo de valor permanente (SOARES; PINTO e SILVA, 2015, p. 01).

A mudança do objeto de estudo da arquivística, de arquivo custodiado para informação arquivística (fluxo) faz com que a estrutura epistemológica do campo científico da área se modifique.

Ainda assim Silva *et al* 2009 apresenta que “surgem os defensores de uma nova corrente que encontra na informação arquivística uma individualidade própria, articulada com um modelo teórico preciso é a defesa da Arquivística como Ciência da Informação” (Silva *et al*, 2009, p. 156). Complementa que além do vínculo da dimensão informacional que elas possuem se têm também a dimensão comunicativa, administrativa e educativa (ARAÚJO, 2014, p. 160-161).

Neste sentido, o discurso é legitimado pela instituição que o autor se inscreve. Existe, em seu texto, uma necessidade de convencimento e substituição de “velhos” por “novos” paradigmas. Uma vez que, trata-se de autor vinculado a um curso de Licenciatura em Ciência da Informação, mestrado em Ciência da Informação e doutorado em Informação e Comunicação em Plataformas Digitais, assim torna eminente o estudo da informação.

Então, o que está por trás do discurso pós-custodial de Malheiro da Silva? Seus enunciados são produzidos diante das transformações da chamada “explosão documental” e na condição, que a partir de 1980 o profissional arquivista se depara com o uso e produção de documentos em contextos mecânicos e eletrônicos. Os arquivos passariam então a serem compreendidos como espaços sistêmicos vinculados ao paradigma da informação.

Destarte, a literatura arquivística passa a rever e reconsidera seus princípios e procedimentos. Um dos grandes reflexos dessa realidade é o incremento que levará a elaboração de normas internacionais de descrição arquivística, normas para gestão e controle de documentos, visando constituir e estabelecer regras para controle e acesso à informação.

A seguir temos várias formações discursivas de Malheiro da Silva conveniente ao que compreende como pós-custodial, no quadro 1 com informações comparativas entre o

paradigma custodial e pós-custodial que dão a dimensão sobre as principais perspectivas que cada um possui:

Quadro 1 - Paradigma Custodial x Paradigma Pós-custodial

Paradigma Custodial	Paradigma Pós-custodial
<p>- Sobrevalorização da custódia ou guarda, conservação e restauro do suporte como função basilar da atividade profissional de arquivistas e bibliotecários;</p> <p>- Identificação do serviço/missão custodial e pública do Arquivo e da Biblioteca com a preservação da cultura “erudita” ou “superior” (as artes, as letras, a ciência) de um Povo em antinomia mais ou menos explícita com a cultura popular, “de massas” e os “produtos de entretenimento”;</p> <p>- Enfatização da memória como fonte legitimadora do Estado-Nação e da cultura como reforço identitário do mesmo Estado, sob égide de ideologias de pendor nacionalista;</p> <p>- Importância crescente do acesso ao “conteúdo” através de instrumentos de pesquisa (guias, inventários, catálogos) dos documentos percebidos como objetos patrimonializados, permanecendo, porém, mais forte o valor patrimonial do documento que o imperativo informacional;</p> <p>- Prevalência da divisão e assunção profissional decorrente da criação e desenvolvimento dos serviços/instituições Arquivo e Biblioteca, indutora de um arreigado e instintivo espírito corporativo que fomenta a confusão entre profissão e ciência (persiste a ideia equívoca de que a profissão de arquivista ou de bibliotecário gera, naturalmente, disciplinas científicas autônomas como a Arquivística e a Bibliotecologia).</p>	<p>- Valorização da informação enquanto fenômeno humano e social, sendo a materialização num suporte um epifenômeno (ou derivado informacional);</p> <p>- Constatação do incessante e natural dinamismo informacional oposto ao “imobilismo” documental, traduzindo-se aquele no trinômio criação-seleção natural/acesso-uso e o segundo na antinomia efêmero/permanente;</p> <p>- Propriedade máxima concedida ao acesso à informação por todos mediante condições específicas e totalmente definidas e transparentes, pois só o acesso público justifica e legitima a custódia e a preservação;</p> <p>- Imperativo de indagar, compreender e explicar (conhecer) a informação social, através de modelos teórico-científicos cada vez mais exigentes e eficazes, em vez do universo rudimentar e fechado da prática empírica composta por um conjunto uniforme e acrítico de modos/regras de fazer, de procedimentos só aparentemente “assépticos” ou neutrais de criação, classificação, ordenação e recuperação;</p> <p>- Alteração do atual quadro teórico-funcional da atividade disciplinar e profissional por uma postura diferente sintonizada com o universo dinâmico das Ciências Sociais e empenhada na compreensão do social e do cultural, com óbvias implicações nos modelos formativos dos futuros profissionais da informação;</p> <p>- Substituição da lógica instrumental, patente nas expressões “gestão de documentos” e “gestão da informação”, pela lógica científico-compreensiva da informação na gestão, isto é, a informação social está implicada no processo de gestão de qualquer entidade organizacional [...].</p>

Fonte: SOARES, PINTO e SILVA, 2015, p. 06 apud SILVA, 2006, p.19-22. (grifo nosso)

Diante do exposto, os enunciados de Silva possuem posições sobre os panoramas empregados à arquivística, e apresenta que as perspectivas do pós-custodial é uma “superação” do custodial em que constituía a arquivística como uma pragmática tecnicista. Com isso temos explícito seu posicionamento diante das frases grifadas, no quadro 1 como: “supervalorização da custodial”, “prevalência da divisão e assunção profissional”, “acesso ao “conteúdo” através de instrumentos de pesquisa”. Assim, a arquivística não possuía uma autonomia própria para aprofundar o interior da sua formação de disciplina científica.

Silva traz no seu enunciado que no custodial os documentos de arquivo não possuíam uma reflexão de função social. Desta forma, segundo Silva no paradigma pós-custodial as palavras grifadas, no quadro 1 como “dinamismo informacional” e “informação social” compreende-se que são apresentadas por uma perspectiva da urgência de apresentar novos conceitos na sociedade da informação.

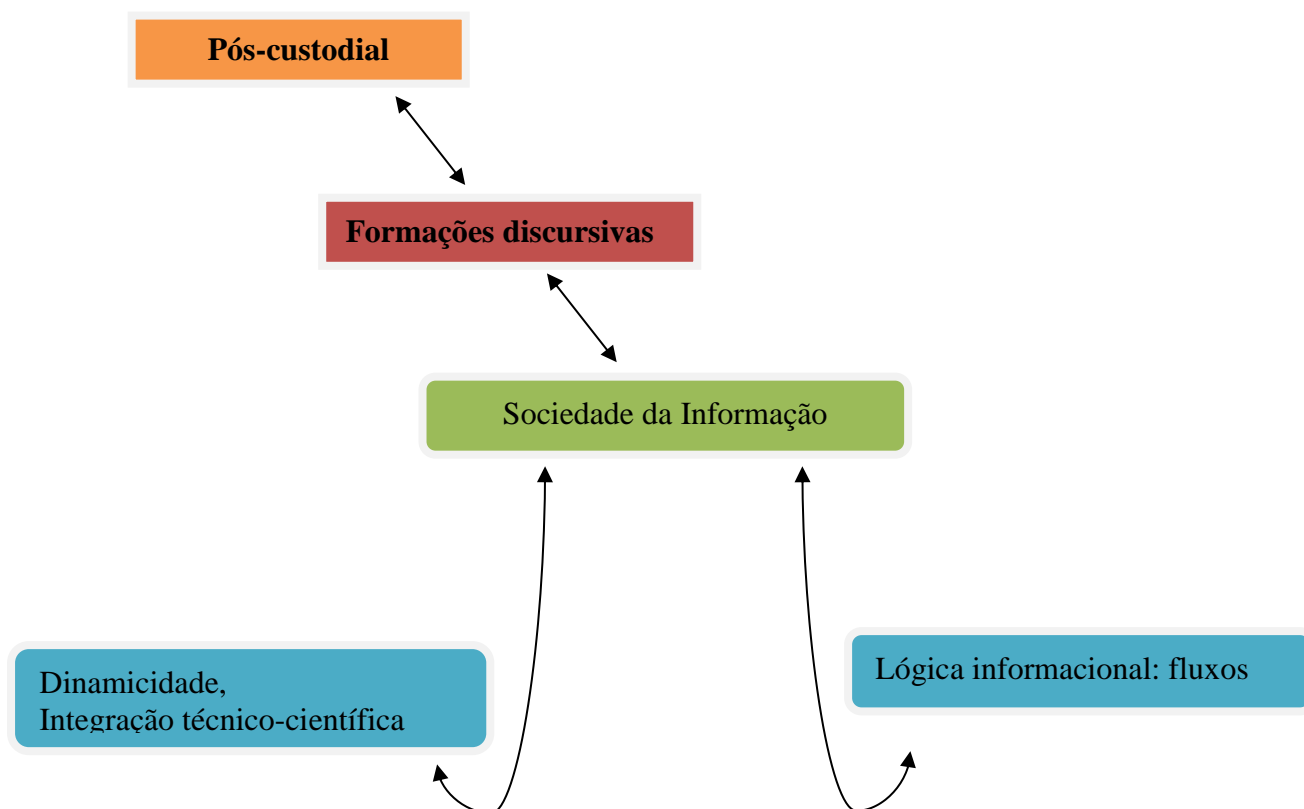
Silva indica questionamentos sobre o surgimento do termo pós-custodial firmadas a partir no final do século XX com o fenômeno da socialização da informação a partir do contexto da revolução tecnológica. Diante disso, segundo Silva “a integração das novidades tecnológicas no “velho” quadro da prática funcional de classificação, ordenação, representação descritiva e difusão de informações escrita” (SILVA *et al*, 2009, p. 204), então isso influencia no desenvolvimento de indagações quanto à necessidade de mudanças metodológicas da arquivística.

É considerável observar que o pós-custodial está ligado às práticas de acesso à informação diante de um contexto que os arquivos passam a ter novos olhares sobre a transparência das informações e assim valoriza a informação arquivística enquanto um “fenômeno humano e social”.

Contudo, o teórico aponta que as perspectivas do custodial não foram anuladas e desta maneira compreende-se que estão presentes nesse contexto após 1980 com o paradigma do pós-custodial.

A seguir apresentamos na figura 1 o que está impregnado diante desse discurso do pós-custodial de Silva (2009; 2015).

Figura 1 - A reflexão enunciativa do pós-custodial



Fonte: Dados de Pesquisa, 2017.

Perante o exposto, Silva (2009; 2015) nas suas reflexões enunciativas lança o paradigma pós-custodial na chamada “sociedade da informação” é um conjunto de formações discursivas, pois mostra que a partir da introdução da tecnologia surgem novos desdobramentos e questões ligadas a necessidade de repensar as práticas arquivísticas.

E diante disso, a sociedade da informação traz a dinamicidade para dentro dos arquivos e a lógica informacional com os novos fluxos acarretados aos novos suportes e assim complementa a atingir a demanda social com a ruptura de fronteiras.

Portanto, os enunciados de Malheiro da Silva apresentam que os problemas das questões empíricas da arquivística devem ser resolvidos em comunhão com a ciência da informação, o que convém concluir que são apontados enunciados de novos conceitos para o interior epistêmico do campo arquivístico.

4.2 O TERMO PÓS-CUSTODIAL EM PORTUGAL: A ANÁLISE DA DISCURSIVIDADE EM FERNANDA RIBEIRO

A teórica Cândida Fernanda Antunes Ribeiro é professora do Departamento de Ciências da Comunicação e Informação da Universidade do Porto, Portugal. Possui graduação em Licenciada em História e bacharelado em História e Bibliotecário-Arquivista. É doutora em Ciências Documentais pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Possui interesse e contribuições à literatura das áreas da Ciência da Informação, Arquivologia, Biblioteconomia, Documentação e Comunicação¹¹.

Fernanda Ribeiro possui várias publicações em parceria com Armando Malheiro com temáticas específicas, e assim chama atenção por publicações que englobam os assuntos sobre a epistemologia da Arquivologia e da Ciência da Informação.

Partido para as análises dos artigos que ela aborda o termo pós-custodial iremos compreender a sua discursividade em dois artigos: *Os arquivos na era pós-custodial: reflexões sobre a mudança que urge operar* (2005) e *A Arquivística como disciplina aplicada no campo da ciência da informação* (2011).

O sentido enunciativo de Fernanda Ribeiro do pós-custodial é eminente quando ela fala que a arquivística se divide em paradigmas. Assim temos o paradigma custodial-patrimonialista-historicista-tecnicista que constitui a base para a formação disciplinar da arquivística em meados do século XIX e XX, na qual sofre a influência do historicismo e positivismo.

Ribeiro diz que o paradigma histórico-tecnicista-custodial “não possibilitou o saldo qualitativo necessário ao desenvolvimento disciplinar” (RIBEIRO, 2005, p. 06). Então, essa pragmática que atribuiu o desenvolvimento de procedimentos empíricos para a área não supriu as problemáticas levantadas com novas questões no contemporâneo. Mas, Fernanda Ribeiro não nega a influência que este paradigma ainda é dominante na arquivística contemporânea.

E em uma perspectiva acarretada com as demanda da sociedade da informação firmada a partir da metade do século XX, temos o surgimento do paradigma informacional-científico-pós-custodial. E assim, considera que este paradigma surge de “novos contornos”

¹¹ Informações tiradas da Plataforma Lattes-CNPq.

empregados a arquivística no final do século XX com a influência da revolução tecnológica e consequentemente a arquivística inicia uma nova fase.

Com isso Ribeiro (2011, p. 64) considera que “no contexto da era da informação em pleno desenvolvimento e no quadro da revolução digital que o novo paradigma informacional, científico e pós-custodial se tem vindo a afirmar e a substituir o paradigma anterior”.

Essa nova fase insere os arquivos nos sistemas de informação em um “contexto informacional e tecnológico” (RIBEIRO, 2005, p. 06). A teórica enuncia que os arquivos possuem uma perspectiva sistemática na sua formação assim como Malheiro da Silva.

Entretanto, Ribeiro questiona em seu discurso se os arquivistas estão preparados e capacitados para atender as novas demandas dessa nova era pós-custodial. Logo, ela diz que o paradigma científico-informacional (pós-custodial):

muda o objeto de estudo e de trabalho do “documento” para a “informação”, convoca metodologias de investigação adequadas ao estudo de um fenómeno humano e social (informação), que não diferem das usadas pelas Ciências Sociais em geral, e encara a Arquivística, não como uma técnica com especificidades próprias, mas sim como uma disciplina aplicada da área da Ciência da Informação (RIBEIRO, 2005, p. 07-08).

As características que Ribeiro emprega ao custodial e pós-custodial são as mesmas que Malheiro da Silva considera na sua formação discursiva como, visto anteriormente, no quadro 1. A teórica considera também que a disciplina arquivística é um “saber aplicado no campo da ciência da informação” (idem, p. 08).

No tempo em que, a arquivística custodial valorizava a custódia dos documentos o pós-custodial apresenta para Ribeiro a valorização da informação enquanto um aspecto social do ser humano. Com isso, o pós-custodial para Ribeiro “urge, pois, remodelar a formação em conformidade com esta nova perspectiva e repensar o papel dos arquivistas na Sociedade da Informação” (RIBEIRO, 2005, p. 09).

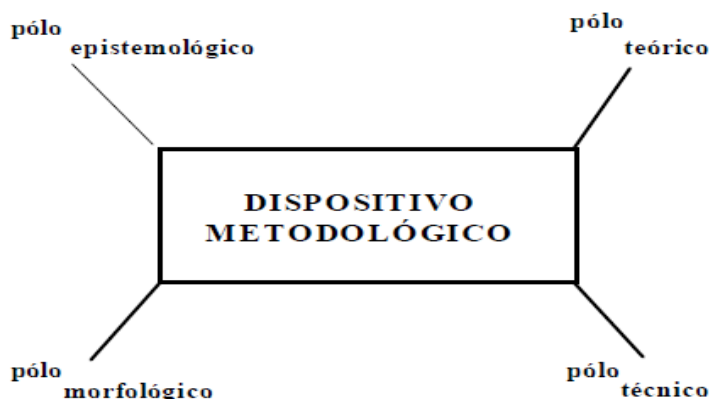
Por oportuno, Fernanda Ribeiro apresenta os verbos “repensar”, “questionar”, “rever”, “remodelar” e outros que caracterizam as reflexões das metodologias arquivísticas e a literatura da área quando se insere na sociedade da informação, com isso deixa explícito que o objeto central da arquivística mudou e passa a ser a informação arquivística.

A análise dos enunciados de Fernanda Ribeiro nos artigos analisados caracteriza-se por entender os sentidos constituídos que não se diferem dos enunciados de Malheiro da Silva

e assim pode-se considerar que quando eles lançam a arquivística para o campo da ciência da informação propõem resolver os problemas impostos pela sociedade da informação.

Eles enunciam que a arquivística no campo da Ciência da Informação abarca para uma dinâmica de investigação de método quadripolar, em que constitui para investigação e soluções de problemas. Abaixo temos uma figura que ilustra esse método.

Figura 2 - Esquematização do método quadripolar e interação dos pólos



Fonte: RIBEIRO, 2011, p. 68.

Esse método quadripolar cria especificações para cada área de investigação dividida em pólos. Em suma, de acordo com Ribeiro (2011, p. 67-68): o pólo epistemológico caracteriza-se construção do objecto científico e a delimitação da problemática da investigação; no pólo teórica temos a constituição de princípios; no pólo técnico temos uma verificação de uma abordagem operacional por via instrumental; e pólo morfológico temos a análise dos dados recolhidos.

Portanto, esse discurso que trás a arquivística para a CI compreende-se os arquivos na condição da teoria sistêmica de Ludwig von Bertalanffy a característica de “uma visão holística e se ajusta bem ao universo complexo e difuso da Informação” (RIBEIRO, 2011, p. 68). E assim transferem essa condição sistêmica para os arquivos no contexto pós-custodial de sistemas de informação.

A consonância entre os discursos de Malheiro da Silva e Fernanda Ribeiro são efetivas e por inferir-se no contexto português eles justificam as suas perspectivas no estudo da informação arquivística no campo da ciência da informação.

4.3 O TERMO PÓS-CUSTODIAL NO BRASIL: A ANÁLISE DA DISCURSIVIDADE EM MARIA ODILA FONSECA

A autora Maria Odila Kahl Fonseca graduada em História, mestre em Ciência da Informação e doutora em Ciência da Informação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Faleceu em 2007 no Rio de Janeiro e foi professora do Departamento de Ciência da Informação do Instituto de Artes e Comunicação Social da Universidade Federal Fluminense, Brasil¹².

Maria Odila Fonseca foi arquivista do Arquivo Nacional e contribuiu significativamente para a literatura Arquivística brasileira, e buscava interesse nas temáticas entre Arquivologia e Ciência da Informação.

A análise do discurso de Maria Odila será analisado, especificamente, no capítulo 3 do livro *Arquivologia e ciência da informação* (2005) quando este trata da ruptura de paradigmas e da arquivologia pós-moderna, o título do capítulo é *Arquivologia hoje: mapeando rupturas* no intervalo das páginas 55 a 66.

Fonseca emprega em seu enunciado que a Arquivologia se divide em “clássica” e a de “hoje”. Desse modo, a clássica era identificada por condições pragmáticas para atender as demandas de preservação e guarda de documentos. E apresenta que a formação da área de conhecimento da arquivologia não era visto como prioridade pelos autores dessa perspectiva clássica. Com isso considera as suas características divididas em um mapeamento entre objeto, objetivos e métodos e assim:

O objeto da “arquivologia clássica” era identificado pelo conjunto de documentos produzidos ou recebidos por uma dada administração; era o arquivo (fond d`archive) custodiado por uma instituição arquivística. Suas principais entidades eram os documentos de arquivo como “artefatos” físicos [...]. Os objetivos e metodologia poderiam ser descritos como o controle físico e intelectual dos documentos [...] (FONSECA, 2005, p. 55).

Dessa maneira apresenta que a disciplina arquivística não possuía uma reflexão para além das discussões dos problemas acarretados aos arquivos enquanto um espaço físico que custodiava os documentos.

¹² Informações tiradas da Plataforma Lattes-CNPq.

A partir disso Fonseca expõe que a área de conhecimento da Arquivologia “hoje” possui duas abordagens que buscam reflexões para a área, são elas a mudança de paradigma e a inserção de uma nova episteme a pós-modernidade. Essas abordagens são apontadas diante de mudanças na estrutura da disciplina arquivística, na qual passa a ser vista como uma área de conhecimento autônoma.

Destarte, caracteriza que a arquivística passa por uma ruptura de paradigma, em que essa ruptura é advinda da influência da “revolução científica” e aponta que os teóricos atuais que discutem essa problemática dizem que a arquivística vivencia essa revolução.

Fonseca no seu texto referencia as considerações feitas por Theo Thomassen (1999) diante dos impactos causados pelo desenvolvimento das tecnologias em que a arquivística passaria por mudanças a partir de 1980, e diz que “Thomassen aponta o arquivista canadense Hugh Taylor como o primeiro a reconhecer que as mudanças no mundo arquivístico geradas pelas tecnologias da informação não eram simplesmente técnicas, mas significavam uma ruptura paradigmática” (FONSECA, 2005, p. 58). E considera que o objeto da arquivística transitaria de “arquivo” para “informação arquivística ou informação registrada orgânica”.

E, por conseguinte ela referencia Thomassen (1999), novamente, dizendo que “o novo paradigma da arquivologia é mais do que a passagem dos documentos eletrônicos é a passagem para a arquivologia pós-custodial, ou arquivologia pós-moderna” (FONSECA, 2005, p. 59). Com isso, compreende-se que no seu enunciado que essa passagem para o pós-custodial fomenta porque a arquivística adquire forças para sua estruturação de ciência.

Então, a autora referencia a vertente canadense de que o pós-custodial surge no início de 1990 e considera que as dimensões dos pós-custodial vem da propagação da pós-modernidade. E difunde que o “pai” dessa nova abordagem é o teórico canadense Terry Cook.

Diante disso, Fonseca apresenta que Terry Cook criou 5 pontos de reflexões para a arquivística pós-custodial “de mudanças emergentes que deverão nortear as reconceituações necessárias ao desenvolvimento da área num mundo pós-moderno” (FONSECA, 2005, p. 59).

Abaixo apresenta-se as principais considerações desses pontos. Vale ressaltar, que não iremos aprofundar nas questões levantadas de cada item, mas destaca-se as principais palavras-chave que norteiam as suas significações. Que segundo Fonseca (2005, p. 59) são:

- 1) Uma mudança nas razões mesmas pelas quais arquivos devem ser preservados, uma mudança que desloca as razões da preservação dos arquivos

de uma **justificativa-administrativa**, ancorada em conceitos de Estado, para uma **justificativa sociocultural**, ancorada em políticas e usos públicos mais amplos. [...] “a principal justificativa para a existência dos arquivos para a maioria dos usuários e para o público em geral repousa no fato de que os arquivos serem capazes de oferecer aos cidadãos um **senso de identidade, de história, de cultura e de memória pessoal e coletiva**” (FONSECA, 2005, p.61 apud COOK, 1997, p. 24).

- 2) Outra mudança relaciona-se ao modo pelo qual os arquivistas vêm tentando **preservar os documentos como evidências autênticas e confiáveis** de atos e transações. [...] nenhum registro confiável sobreviveria e estaria disponível para o futuro se o arquivista não **interferisse na sua preservação antes mesmo de sua criação**.
- 3) Refere-se à origem da teoria arquivística. [...] O foco se **transfere do documento em si para o seu contexto de produção**, do artefato físico para os **objetivos de sua criação**. A teoria arquivística se baseia agora na análise dos processos de criação dos registros, mais do que nas metodologias de arranjo e descrição de documentos custodiados em instituições arquivísticas.
- 4) Relaciona-se com o fato de que hoje o **arquivista deve ser um mediador ativo na “formação da memória coletiva através dos arquivos”** (FONSECA, 2005, p. 64 apud COOK, 2000, p. 11).
- 5) **A teoria arquivística não deve ser vista como um conjunto imutável de leis** estabelecidas desinteressadamente e guardando verdade para sempre; tampouco **é linear, formada a partir de um consenso universal**.

Compreende-se que os 5 pontos apresentados refletem as dimensões conduzidas por novas abordagens que são feitas (ou deveriam) na arquivística pós-custodial. Nos termos grifados como: “justificativa social”, “preservar os documentos como evidências autênticas e confiáveis”, “o arquivista deve ser um mediador ativo” e outros. Faz-se entender que o autor

aponta as características que conduzem a uma nova realidade de metodologias e de formação profissional do arquivista diante da realidade “digital” ou “eletrônica”.

Em face do exposto, Fonseca constitui os seus enunciados na busca de conceitos na literatura arquivística de autores canadenses para proferir sobre esse paradigma pós-custodial.

A autora discursa as problematizações e discussões do pós-custodial de que são vistas na Europa e na América do Norte e já na realidade latino-americana é totalmente diferente, pois apresenta que nem mesmo os preceitos da arquivística clássica foram consolidados nos arquivos e assim conclui que “é bastante inquietante pensar em termos de uma arquivologia pós-moderna, destinada a lidar com os registros de uma realidade cada vez mais virtual” (FONSECA, 2005, p. 59).

Fonseca diante do novo contexto surgido pela “revolução científica” nos arquivos, ela diz que nos países de primeiro mundo desenvolvem discussões para a busca de “qualidade arquivística” no campo da pesquisa da arquivologia.

E, por conseguinte a autora trás a relação interdisciplinar da arquivística com o campo da ciência da informação que “a pesquisa em arquivologia deve recorrer às ciências da informação, sobretudo no que se refere aos documentos eletrônicos” (FONSECA, 2005 p. 66 apud COUTURE; ROUSSEAU; DUCHARME, 1998, p. 14). Entende-se dessa forma que a dimensão da “revolução científica” e expõe que o documento eletrônico cria novas reflexões para uma relação interdisciplinar com a ciência da informação.

O que pode-se compreender na análise enunciativa de Fonseca é que a autora não possui um posicionamento próprio quanto ao termo do pós-custodial, pois ela apresenta neste capítulo apenas os discursos de outros autores. E observa-se que isso foi uma das problemáticas deparadas na pesquisa para a seleção de textos para a análise do pós-custodial no contexto brasileiro.

Portanto, as discussões em torno do pós-custodial no contexto brasileiro e, especificamente, na análise dessa pesquisa é que ainda são carentes teóricos brasileiros que conceituam e propagam novas abordagens para do quadro epistêmico e metodológico da arquivística no contemporâneo.

A seguir temos um quadro comparativo que apresenta as principais características enunciativas de cada teórico analisado nessa pesquisa, no quadro 2. E assim apreendemos as principais variações de formação discursiva empregadas ao pós-custodial.

Quadro 2 - Características enunciativas do pós-custodial

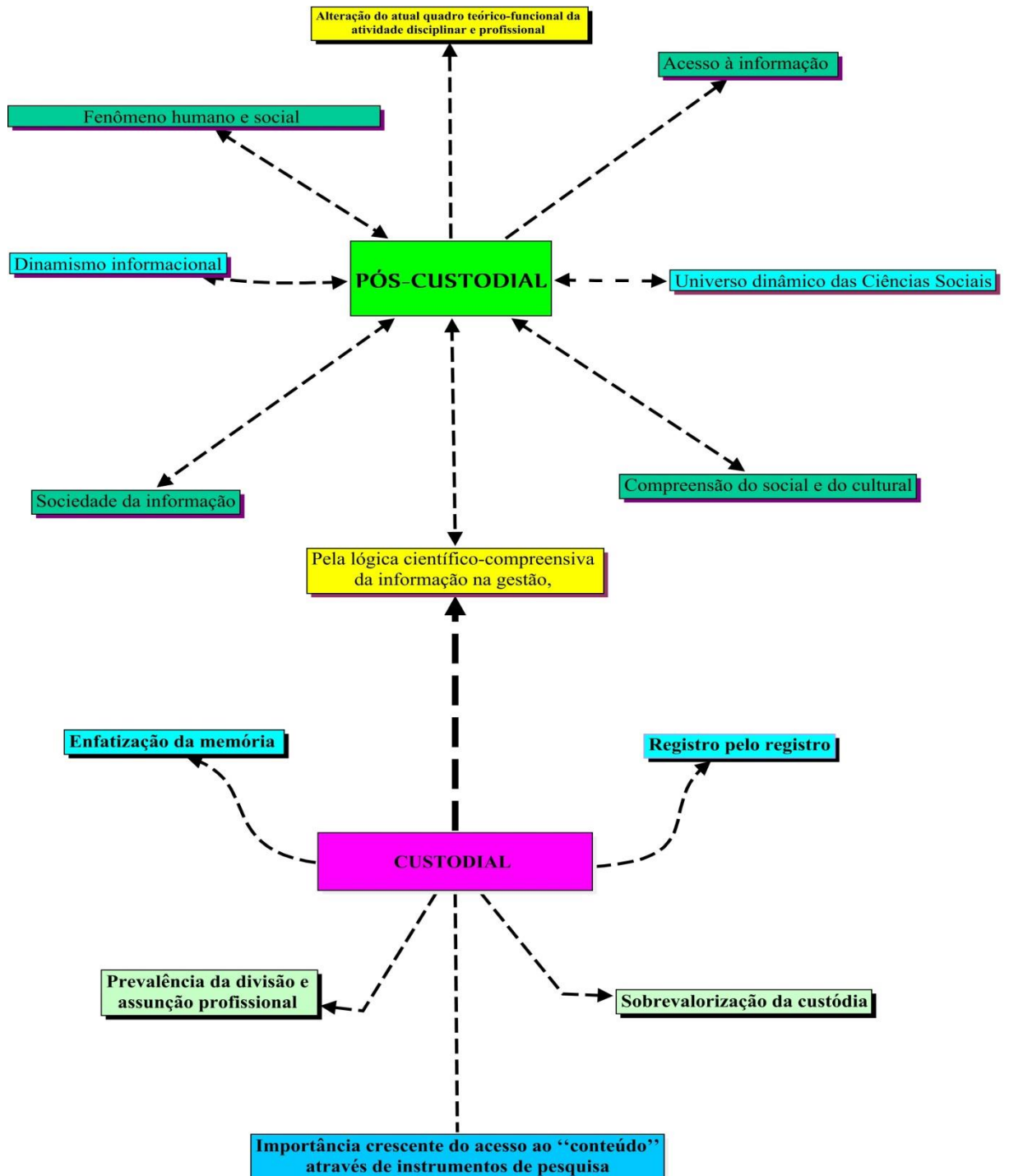
Os enunciados pós-custodial de Malheiro da Silva :	Os enunciados pós-custodial de Fernanda Ribeiro :	Os enunciados pós-custodial de Maria Odila Fonseca :
<p>Sociedade da Informação;</p> <p>Socialização da informação, Dinamicidade da informação social;</p> <p>Estrutura a uma modelo sistêmico de arquivo (semi-) fechado;</p> <p>Mudanças epistemológicas e metodológicas no campo científico da área;</p> <p>Novo cenário instituído pela tecnologia;</p> <p>Trás a Arquivística para o campo da Ciência da Informação (essas possuem uma dimensão informacional, comunicativa, administrativa e educativa);</p>	<p>Sociedade da Informação;</p> <p>Sistemas de informação arquivo – contexto informacional e tecnológico, objeto de investigação: científica, racional e abstracta;</p> <p>Socialização da informação, Dinamicidade da informação social;</p> <p>Estrutura a um modelo sistêmico de arquivo (semi-) fechado;</p> <p>Revolução tecnológica;</p> <p>Mudanças epistemológicas no e metodológicas campo científico da área;</p> <p>Trás a Arquivística para o campo da Ciência da Informação;</p>	<p>Revolução científica;</p> <p>Disciplina arquivística autônoma (está adquirindo forças de ciência);</p> <p>Arquivos- justificativa sociocultural (senso de identidade, de história, de cultura e de memória pessoal e coletiva);</p> <p>Preservação de documentos – autênticos e confiáveis (reformulação dos pressupostos de proveniência, originalidade e funcionalidade dos documentos);</p> <p>Documento arquivístico – contexto de produção;</p> <p>Arquivista - mediador ativo na formação da memória coletiva através dos arquivos;</p> <p>Teoria arquivística - é linear, formada a partir de um consenso universal.</p>

Fonte: Dados da Pesquisa, 2017.

O quadro comparativo entre os autores, seus enunciados e as formações discursivas que se vinculam ao termo pós-custodial, chega-se a um panorama discursivo-conceitual fundamental no atual estágio científico da área. E a partir disso compreende-se as perspectivas enunciativas de cada autor. Trata-se, portanto de um estudo panorâmico sobre os enunciados vinculados a questão do pós-custodial em língua portuguesa. Fica-se aqui, evidentemente, a necessidade de aprofundamento deste estudo.

Com base dos textos científicos analisados compreendemos os *sentidos* produzidos que mostraram a heterogeneidade no discurso e como este se articula com a história e a sociedade. A interpretação não foi feita só nos textos, mas nos resultados obtidos na análise do discurso que levaram a essa compreensão. A seguir temos um mapa-conceitual na figura 3, que sintetiza os dados resultantes da análise.

Figura 3 – Os enunciados vinculados ao pós-custodial



Fonte: Dados da Pesquisa, 2017.

Diante disso, o conceito chave na figura 3, é o termo pós-custodial na análise deste trabalho se vincula a um universo de enunciados relacionado a essa perspectiva. E que mostra uma “superação” do paradigma custodial diante dos posicionamentos enunciativos analisados dos autores.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A literatura arquivística apresenta ao longo de sua trajetória o paradigma custodial consolidando as bases teóricas e práticas da Arquivística a partir da formulação de seus princípios e manuais no final do século XIX. Para tanto, o posicionamento do custodial é solidificado a partir do desenvolvimento de técnicas para ordenar, preservar e custodiar os documentos nas instituições. Diante disso temos uma perspectiva tecnicista.

A partir dos acontecimentos no decorrer do século posterior temos novas questões e implicações diante do quadro arquivístico, enquanto uma área de conhecimento abarcando reflexões em torno do documento arquivístico. Então, o discurso do pós-custodial constitui uma mudança (possível) de paradigma para sanar os problemas recorrentes no final do século XX com a chamada sociedade da informação.

A sociedade da informação emprega alterações decorrentes da “revolução científica”, na qual o avanço tecnológico e de comunicação levantam problemáticas e discussões que refletem na arquivística. Logo, a sociedade da informação é um conjunto de formações discursivas, resultante de uma sociedade de acesso à informação acredita-se mais rápido e eficaz. E o termo pós-custodial é um enunciado decorrente desta realidade.

A sociedade da informação enquanto um acontecimento se constitui por um meio técnico mais direto, na qual os meios tradicionais são substituídos por um meio eletrônico. Assim, essas questões como acesso, rapidez e facilidade serão intensificadas na década de 1980.

Então, os autores analisados nesta pesquisa apresentam em suas formações discursivas que a partir do fomento da tecnologia cria-se um imperativo para a sua utilização. E essa posição discursiva é a “melhor opção” para ser conduzidas aos arquivos.

Considera-se que o pós-custodial não surgiu no início do século XX porque não existia uma materialidade na literatura e nos profissionais da informação vinculados a sociedade da informação. Pois, eles estavam atrelados às questões do registro pelo registro e a custódia.

Diante disso, os teóricos enunciam na contemporaneidade o discurso do paradigma pós-custodial. Para resolver (ou tentar solucionar) os problemas levantados pela introdução da tecnologia no campo da área arquivística. A mudança de objeto do documento de arquivo para o da informação arquivística é uma das enunciações recorrentes no cenário pós-custodial.

A análise do discurso dos teóricos Armando Malheiro da Silva, Fernanda Ribeiro e Maria Odila Fonseca constituem e comportam as enunciações relacionadas ao pós-custodial no interior da produção científica da área no seu interdiscurso.

Compreendemos que ao estudar discursivamente a enunciação e o discurso relacionado ao pós-custodial no contexto Português e Brasileiro, nos deparamos que existe uma mudança de paradigma que aplica uma “superação” do paradigma custodial com um novo terreno (teórico/prático).

As acepções do pós-custodial no contexto português buscam aproximar o campo da arquivística para o da ciência da informação. E os autores Malheiro da Silva e Fernanda Ribeiro possuem uma consonância enunciativa empregadas nas formações discursivas de que essas áreas comungam do mesmo objeto de investigação científica, ou seja, a informação.

Então, no contexto português temos um discurso de superação dos meios tradicionais, mas ele não apresenta dados concretos, ou seja, resultados para a arquivística. Constitui-se em um discurso com epistemologias empregadas na busca de superações para a disciplina arquivística no contemporâneo.

Para tanto, os seus enunciados propagam que os impactos causados pela “revolução tecnológica” são advindos da sociedade da informação e refletidos na arquivística. Então, o paradigma custodial que valorizava a custódia e os arquivistas eram “guardiões de papéis” garantiam a autenticidade dos documentos e essa é uma das reflexões levantadas no pós-custodial com a autenticidade de documentos em meio eletrônico e digital.

O paradigma custodial está vinculado às questões técnicas, ou seja, temos respostas imediatas aos problemas do cotidiano com o uso dos manuais arquivísticos nas rotinas das instituições. E quando se transfere essas questões para a ciência da informação no paradigma pós-custodial, temos uma espécie de superação do paradigma anterior.

No contexto brasileiro abrangemos que Fonseca apresenta uma “arquivologia clássica”, com isso entendemos que ela coloca que existe outra arquivologia que supera as perspectiva da clássica.

O que podemos inferir no discurso de Fonseca é a autora não lança conceitos ao pós-custodial, mas apresenta uma revisão de conceitos empregados por outros autores. Em que ela cita alguém como ponto de referencia nas questões de reflexões da arquivística ao um novo episteme a pós-modernidade e assim não apresenta novos enunciados diante de tais circunstâncias.

Assim percebemos que há uma diferença no caso dos teóricos do contexto português, pois eles posicionam as suas formações discursivas diante do texto e trazem as suas perspectivas do novo paradigma.

Fonseca referencia o canadense Terry Cook (1997) como vimos anteriormente a partir disso entende-se que Cook desenvolve questões que abordam os conceitos metodológicos da arquivística e as perspectivas de uma “abertura” dos arquivos para a socialização da informação. Já os teóricos de Portugal trazem o pós-custodial para a ciência da informação como sendo um projeto de construção e legitimação da CI abrangendo-a.

Assim, compreendemos que a arquivologia possui duas vertentes de formação discursiva com teóricos que propagam o custodial com as funcionalidades técnicas da arquivística e os que tentam superar a prática funcional, discursando que devemos repensar essas práticas metodológicas.

A partir do entendimento que o texto científico é um texto de convencimento em que o teórico tenta convencer o leitor que a sua posição diante de tal discussão é a correta. Devemos entender que os teóricos estudados nessa pesquisa propagam os seus posicionamentos diante do termo pós-custodial.

Por fim, identificamos neste trabalho que na literatura no contemporâneo apresenta novas abordagens metodológicas no campo teórico e prático da arquivística com novos estudos em torno da mudança do seu objeto de investigação que passa de documento de arquivo para informação arquivística. E assim nos deparamos com um novo termo no interior epistemológico de um novo paradigma o pós-custodial.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS HOLANDESES. **Manual de arranjo e descrição de arquivos**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1975.

BAKHTIN, M. **Marxismo e filosofia da linguagem**. HUCITEC, 12^a ed. 2006.

_____. **Estética da criação verbal (1895-1975)**. Coleção Ensino Superior. São Paulo, Martins Fontes [tradução], 1997.

BARROS, T. H. B. **A Construção Discursiva em Arquivística: Uma Análise do Percorso Histórico e Conceitual da Disciplina por meio dos Conceitos de Classificação e Descrição**. Dissertação. Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, 2010.

_____. **A representação da informação Arquivística: Uma Análise do discurso teórico e institucional a partir dos contextos Espanhol, Canadense e Brasileiro**. Tese (doutorado) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, 2014.

BRANDÃO, H. H. N. **Introdução à análise do discurso**. 3^a ed. rev. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2012.

CANDIOTTO, C.; BASTOS, C. L.; CANDIOTTO, K. B. B. **Fundamentos da pesquisa científica: teoria e prática**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

CASTELLS, M. **A Sociedade em Rede**. São Paulo, SP: Paz e Terra, 1999.

COOK, Terry. **Arquivologia e pós-modernismo: novas reformulações para velhos conceitos**. Informação Arquivística, Rio de Janeiro, v.1, n.1, p. 123-148, 2012.

FONSECA, M. O. K. **Arquivologia e ciência da Informação**. Rio de Janeiro, Editora Fundação Getúlio Vargas, 2005.

FOUCAULT, M. **A Ordem do Discurso**. Loyola: São Paulo, 1996.

_____. **Arqueologia do saber**. Trad. L. F. Baeta Neves. Petrópolis: Vozes, 1971 (título original: L'archéologie du savoir, 1969).

GREGOLIN, M. do R. V. **A análise do discurso: conceitos e aplicações**. ALFA: Revista de Linguística, v. 39, 1995.

HICKS, D. **Discourse, learning and teaching**. Review of Research in Education, v.21, p.49-95, 1995.

KUHN, Thomas S. **A Estrutura das revoluções científicas**. 5^a ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 1998.

KUMAR, Krishan. **A sociedade pós-industrial à pós-moderna: novas teorias sobre o mundo contemporâneo**. 2^a ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

LOPES, L. C. **A imagem e a Sombra da Arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Público. 1998.

LYOTARD, Jean-François. **O Pós-Moderno**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1986.

MIRANDA, D. **Estética e poética da modernidade em Charles Baudelaire**. Cadernos Walter Benjamin. Periódico N. 7, 2011.

ORLANDI, E. P. **A Análise do Discurso: algumas considerações**. Delta, vol. 2, n.1, 1986.

_____. **A leitura e os leitores possíveis**. In: ORLANDI (org.) A Leitura e os Leitores. Pontes. Campinas, SP. 1996.

_____. **Análise de Discurso: princípios & procedimentos**. 12^a ed. Pontes Editores. Campinas, SP. 2015.

_____. **Discurso em análise: sujeito, sentido e ideologia**. Pontes Editores. Campinas, SP. 2012.

PÊCHEUX, M. **Análise automática do discurso (AAD-69)**. In GADET, F. e HAK, T. (org.). Por uma análise automática do discurso: uma introdução às obras de Michel Pêcheux. Campinas: Ed. da Unicamp, 1997. (título original: Analyse Automatique du Discours. Paris, 1969).

PLATAFORMA LATTES - **Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)**. Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/>>. Acesso em 20 fev. 2017.

RIBEIRO, F. **Os arquivos na era pós-custodial: reflexões sobre a mudança que urge operar**. Boletim cultural–Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão. Vila Nova de Famalicão: Câmara Municipal. ISSN, p. 0871-3308, 2005.

_____. **A arquivística como disciplina aplicada no Campo da ciência da informação**. Perspectivas em Gestão & Conhecimento 1.1 p. 59-73, 2011.

ROUSSEAU, J. Y; COUTURE, C. **Fundamentos da disciplina arquivística**. Lisboa: Dom Quixote, 1998.

SCHMIDT, C. M. S. **Entre o documento de arquivo e a informação arquivística: reflexões acerca do objeto científico da arquivologia**. In: Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - ENANCIB. Florianópolis, Anais..., 2013. Disponível em: <<http://enancib.sites.ufsc.br/index.php/enancib2013/XIVenancib/paper/viewFile/408/242>>. Acesso em 20 jan. 2017.

_____. **Arquivologia e a construção do seu objeto científico: concepções, trajetórias, contextualizações**. Tese (Doutorado). Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 2012.

SHINN, Terry. **Desencantamento da modernidade e da pós-modernidade: diferenciação, fragmentação e a matriz de entrelaçamento.** Scientiæ zudia, São Paulo, v. 6, n. 1, p. 43-81, 2008.

SILVA, A. M. da [et al.] **Arquivística: teoria e prática de uma Ciência da Informação.** 3ª ed. Porto: Edições Afrontamento, 2009.

SILVA, L. E. F. **Ciência como técnica ou técnica como ciência: nas trilhas da Arquivologia e seu status de cientificidade.** Dissertação. Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal da Paraíba, 2013.

SILVA, A. M. S.; SILVA, L. E. F. **A interlocução rizomática entre arquivística e linguística: discurso e sentido da interpretação e análise documental.** Revista Analisando em Ciência da Informação - RACIn, v. 4, n. especial, p. 106-117, 2016.

SOARES, A. P. A.; PINTO, A. L.; SILVA, A. M. **O paradigma pós-custodial na arquivística.** Páginas a&b, p. 22-39, 2015.